



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO CEARÁ - SR (02)

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Fortaleza/CE - 2011

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010**

Relatório de Gestão do exercício de 2010, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 107/2010, da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações do órgão de controle interno.

Fortaleza/CE - 2011



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO CEARÁ - SR(02)

AFONSO FLORENCE

Ministro de Estado

ROLF HACKBART

Presidente

RAIMUNDO AMADEU DE FREITAS

Superintendente Regional

EDUARDO MARTINS BARBOSA

Superintendente Regional Substituto

RAIMUNDA CLEIDE FONTES

Assessoria Técnica - Ouvidoria Agrária

PAULO ROBERTO FONTES BARQUETE

Assessoria Técnica - Planejamento

EVELYN GRACE DE BARROS CAMPOS VALADÃO

Procuradoria Federal Especializada

RAIMUNDO CRUZ PINTO

Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

EDUARDO MARTINS BARBOSA

Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

FLÁVIO JOSÉ DE SOUZA

Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

MARIA DENISE SILVA ARAGÃO

Divisão Administrativa

GRUPO DE TRABALHO

(ORDEM DE SERVIÇO INCRA/SR(02)/nº 6, de 1/2 /2011)

Bruno Felipe Marvignier

Eduardo Martins Barbosa

Eduardo Rodrigues de Sousa Neto

Fabíola Silva Gomes

Flávio José de Sousa

Georg Goersch Vasconcelos

Ismênia Maria Macedo Cysne Costa

Luiz Gilberto Costa Pereira

Luis Guedes de Figueiredo Alcoforado

Margareth Souza Pignataro

Maria Denise Silva Aragão

Mariita Colares Ribeiro da Luz

Najara Frota Ramos

Paulo de Tarso Teixeira Barreira

Paulo Roberto Fontes Barquete

Raimundo Cruz Pinto

Roberto de Almeida Marçal

Silvana Pires Mendes

Verônica de Fátima Fernandes Barbosa

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

APP - Área de Preservação Permanente

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural

ATES - Assessoria Técnica, Social e Ambiental

CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal

CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural

CCU - Contrato de Concessão de Uso

CEF - Caixa Econômica Federal

CGU - Controladoria Geral da União

CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais

CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social

COEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

CONJUR - Consultoria Jurídica

CPL - Comissão Permanente de Licitação

CPT - Comissão Pastoral da Terra

DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade

DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF

DE - Diretoria de Gestão Estratégica

DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação

DN - Decisão Normativa

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

DOU - Diário Oficial da União

EMATERCE - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Ceará

FETRAECE - Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado do Ceará

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

GAP - Gestão e Administração do Programa

GEE - Grau de Eficiência na Exploração

GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)

GUT - Grau de Utilização da Terra

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDACE - Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará

IN - Instrução Normativa

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LIO - Licença de Instalação e Operação

LOA - Lei Orçamentária Anual

LP - Licença Prévia

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragem

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MP - Medida Provisória

NE - Norma de Execução

NOM - Núcleo Operacional Móvel

OAR - Ouvidoria Agrária Regional

OEMA - Órgão Estadual do Meio Ambiente

PA - Projeto de Assentamento

PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PO - Programação Operacional

PPA - Plano Plurianual

PRA - Plano de Recuperação de Assentamento

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

RESEX - Reserva Extrativista

RG - Relatório de Gestão

RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS

RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SDA - Secretaria do Desenvolvimento Agrário

SEBRAE - Serviço de Apoio as Pequenas e Médias Empresas

SEMACE - Superintendência do Meio Ambiente do Estado do Ceará

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse

SIG - Sistema de Informações Geográficas

SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal

SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária

SIR - Sistema de Informações Rurais

SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar

SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural

SR(02) - Superintendência Regional do Ceará

SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil

TC - Território da Cidadania

TCE - Tomada de Contas Especiais

TCT - Termo de Cooperação Técnica

TCU - Tribunal de Contas da União

TD - Título Definitivo

TDA - Título da Dívida Agrária

TI - Tecnologia da Informação

UG - Unidade Gestora

UGR - Unidade Gestora Responsável

UJ - Unidade Jurisdicionada

UMC - Unidade Municipal de Cadastramento

UO - Unidade Orçamentária

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1 - Execução física ação 8384

Quadro A.2 - Execução orçamentário-financeira ação 8384

Quadro A.3 - Execução física ação 8387

Quadro A.4 - Execução orçamentário-financeira ação 8387

Quadro A.5 - Execução física ação 8374

Quadro A.6 - Execução orçamentário-financeira ação 8374

Quadro A.7 - Execução física ação 4460

Quadro A.8 - Execução orçamentário-financeira ação 4460

Quadro A.9 - Execução física ação 2272

Quadro A.10 - Execução orçamentário-financeira ação 2272

Quadro A.11 - Execução física ação 8396

Quadro A.12 - Execução orçamentário-financeira ação 8396

Quadro A.13 - Execução física ação 8398 - Exercício 2010

Quadro A.14 - Execução orçamentário-financeira ação 8398 - Exercício 2010

Quadro A.15 - Execução física ação 8398 - Exercício 2009 / executado 2010

Quadro A.16 - Execução orçamentário-financeira ação 8398 - Exercício 2009 executado 2010

Quadro A.17 - Execução física ação 4358

Quadro A.18 - Execução orçamentário-financeira ação 4358

Quadro A.19 - Execução física ação 2B06

Quadro A.20 - Execução orçamentário-financeira ação 2B06

Quadro A.21 - Execução física ação 0427

Quadro A.22 - Execução orçamentário-financeira ação 0427

Quadro A.23 - Execução física ação 2272

Quadro A.24 - Execução orçamentário-financeira ação 2272

Quadro A.25 - Execução física ação 2105

Quadro A.26 - Execução orçamentário-financeira ação 2105

Quadro A.27 - Execução física ação 4426

Quadro A.28 - Execução orçamentário-financeira ação 4426

Quadro A.29 - Execução física ação 2110

Quadro A.30 - Execução orçamentário-financeira ação 2110

Quadro A.31 - Execução física ação 2272

Quadro A.32 - Execução orçamentário-financeira ação 2272

Quadro A.33 - Execução física ação 4572

Quadro A.34 - Execução orçamentário-financeira ação 4572

Quadro A.35 - Execução física ação 2109

Quadro A.36 - Execução orçamentário-financeira ação 2109

Quadro A.37 - Execução física ação 1642

Quadro A.38 - Execução orçamentário-financeira ação 1642

Quadro A.39 - Execução física ação 4474

Quadro A.40 - Execução orçamentário-financeira ação 4474

Quadro A.41 - Execução física ação 8370

Quadro A.42 - Execução orçamentário-financeira ação 8370

Quadro A.43 - Execução física ação 2272

Quadro A.44 - Execução orçamentário-financeira ação 2272

Quadro A.45 - Execução física ação 4470

Quadro A.46 - Execução orçamentário-financeira ação 4470

Quadro A.47 - Execução física ação 2272

Quadro A.48 - Execução orçamentário-financeira ação 2272

Quadro A.49 - Execução física ação 2000

Quadro A.50 - Execução orçamentário-financeira ação 2000

Quadro A.51 - 2.4.1.1 Identificação das unidades orçamentárias

Quadro A.52 - 2.4.1.2 Movimentação orçamentária por grupo de despesa

Quadro A.53 - 2.4.2.1 Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.54 - 2.4.2.2 Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.55 - 2.4.2.3 Despesas capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.56 - 2.4.3 Indicadores institucionais

Quadro A.57 - Restos a pagar

Quadro A.58 - Composição do quadro de RH

Quadro A.59 - RH por faixa etária

Quadro A.60 - RH por nível de escolaridade

Quadro A.61 - RH servidores inativos

Quadro A.62 - RH instituidores de pensão

Quadro A.63 - RH quadro de estagiários

Quadro A.64 - RH exercícios 2008, 2009, 2010

Quadro A.65 - Prestação de serviço - limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Quadro A.66 - Prestação de serviço - locação de mão de obra

Quadro A.67 - Distribuição do pessoal contratado por prestação de serviço

Quadro A.68 - Transferências vigentes

Quadro A.69 - Instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Quadro A.70 - Instrumentos de transferências para 2011

Quadro A.71 - Prestação de contas sobre transferências modalidade convênios e contratos

Quadro A.72 - Análise das prestações de contas de convênios e contratos

Quadro A.73 - Funcionamento do sistema de controle interno

Quadro A.74 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Quadro A.75 - Distribuição dos bens imóveis

Quadro A.76 - Discriminação dos bens imóveis

Quadro A.77 - Gestão de TI

Quadro A.78 - Utilização de cartões de pagamento do governo federal

SUMÁRIO

PARTE A - CONTEÚDO GERAL	15
1. Identificação de Relatório de Gestão Individual	15
1.1 Organograma Funcional	16
2. Objetivos e metas institucionais	17
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade - Papel da unidade na execução das políticas públicas.....	17
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.	20
2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária	20
2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento	21
2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento	22
2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa.....	24
2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade.....	25
2.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais	25
2.3.1.1 Ação 8384 - Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária...	25
2.3.1.2 Ação 8387 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais.....	26
2.3.1.3 Ação 8374 - Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	28
2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	33
2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	34
2.3.2 Programa 0137 - Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária	35
2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento	35
2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	37
2.3.2.3 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento	39
2.3.2.4 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	41
2.3.2.5 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas	43
2.3.2.6 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	47
2.3.3 Programa 0138 - Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas	48
2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural.....	48
2.3.3.2 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional	51
2.3.3.3 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais.....	53

2.3.3.4	Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	54
2.3.4	Programa 0139 - Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário	55
2.3.4.1	Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	55
2.3.5	Programa 1120 - Paz no Campo.....	57
2.3.5.1	Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas.....	57
2.3.6	Programa 1336 – Brasil Quilombola	60
2.3.6.1	Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.	60
2.3.7	Programa 1350 – Educação no Campo	61
2.3.7.1	Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo	61
2.3.7.2	Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para Reforma Agrária.....	65
2.3.7.3	Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	67
2.3.8	Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura	69
2.3.8.1	Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados	69
2.3.8.2	Ação 2272 - Gestão do Programa	72
2.3.9	Programa 0750 – Apoio Administrativo.....	73
2.3.9.1	Ação 2000 - Administração da Unidade	73
2.4	Desempenho Orçamentário/Financeiro.....	75
2.4.1.	Programação Orçamentária da Despesa.....	75
2.4.1.1	Identificação das Unidades Orçamentárias.....	75
2.4.1.2	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	75
2.4.2	Execução Orçamentária da Despesa.....	77
2.4.2.1	Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	77
2.4.2.2	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	78
2.4.2.3	Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação	79
2.4.2.4	Análise Crítica.....	80
2.4.3	Indicadores Institucionais.....	81
3.	Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.	86
3.1	Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores.....	86
3.2	Análise Crítica	86
4.	Informações sobre Recursos Humanos da unidade.....	88
4.1	Composição do quadro de servidores ativos	88
4.1.1	Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação Apurada em 31/12/2010	88

4.1.2	Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12/2010.....	89
4.1.3	Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12/2010	89
4.2	Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas	90
4.2.1	Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação Apurada em 31/12/2010	90
4.2.2	Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação Apurada em 31/12/2010.....	90
4.3	Composição do quadro de estagiários	90
4.4	Custos associados à manutenção dos recursos humanos	91
4.4.1	Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010	91
4.5	Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços	92
4.5.1	Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	92
4.5.2	Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	92
4.5.3	Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra	93
4.6	Indicadores gerenciais sobre recursos humanos	93
4.7	Transferências efetuadas no exercício	95
4.7.1	Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....	95
4.7.2	Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	97
4.7.3	Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes.....	98
4.7.4	Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse.....	99
4.7.5	Visão Geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse...100	
5.	Declaração de área	102
6.	Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.	103
7.	Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ.....	104
7.1	Estrutura de controles internos da UJ.....	104
8.	Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.....	106
8.1	Gestão ambiental e licitações sustentáveis	106
9.	Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.....	108
9.1	Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	108
9.1.1	Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união	108
9.1.2	Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ	109

10.	Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.....	109
10.1	Gestão de TI da UJ.....	109
11.	Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.	111
	Parte B - Informações Contábeis da Gestão	114
12.	Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e odemonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.	114
	Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA.....	116
13.	Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:.....	116
14.	Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.	118

PARTE A - CONTEÚDO GERAL

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

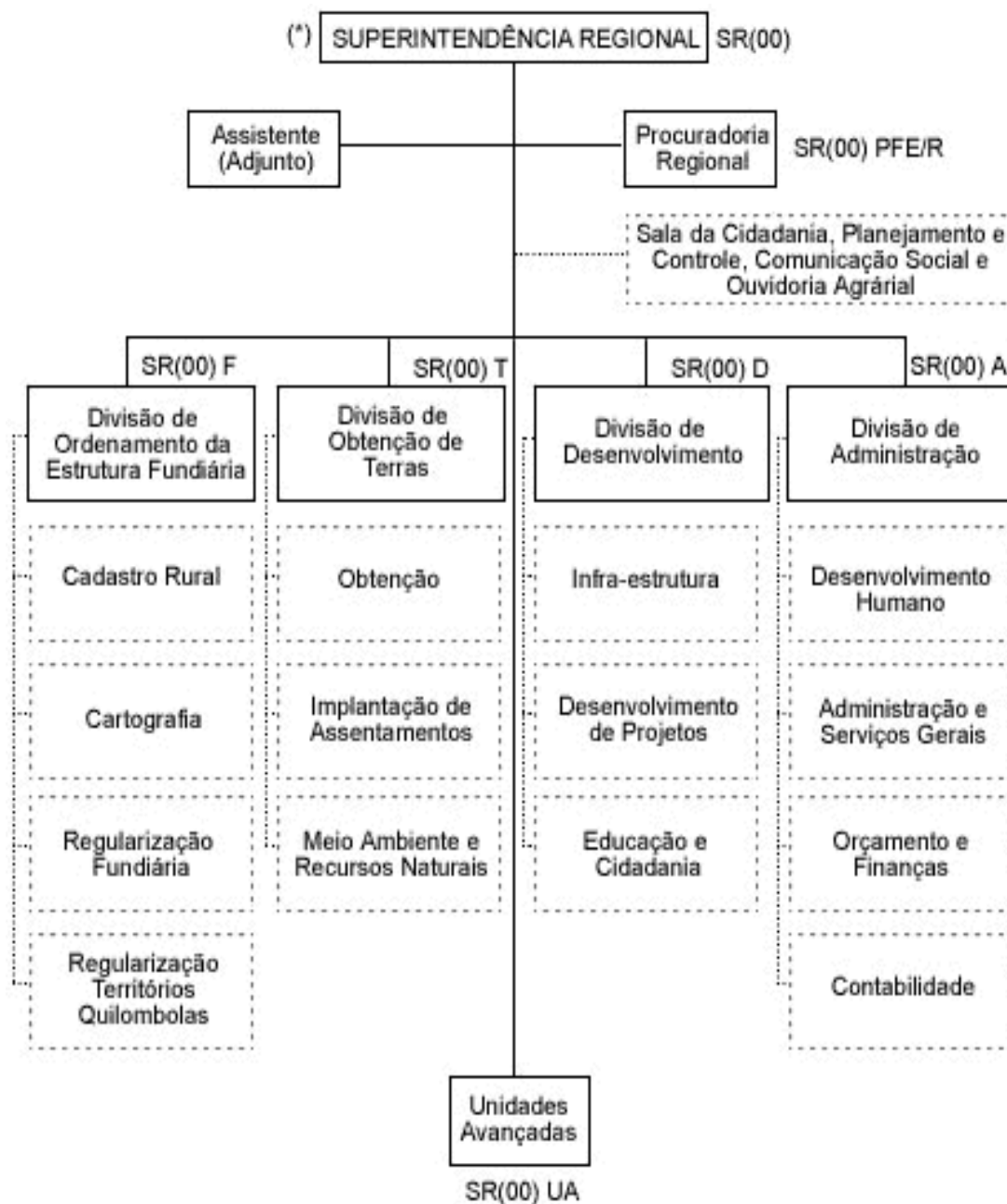
Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário			Código SIORG: 17125
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			
Denominação abreviada: INCRA			
Código SIORG: 1799		Código LOA: 49201	Código SIAFI: 373045
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia			
Principal Atividade: Administração pública em geral			Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:		(085) 3299.1303	(085) 3482.3309
Endereço eletrônico: imprensa@fla.incra.gov.br			
Página da Internet: http://www.incra.gov.br			
Endereço Postal: Av. Américo Barreira 4700, Bairro Couto Fernandes CEP 60.442-800, Fortaleza-CE			

A Superintendência Regional do Ceará - SR(02) segue o processo de qualificação da sua ação institucional no contexto do Ajuste Estratégico 2008/2011 definido no âmbito nacional com um desdobramento regional. Neste sentido foram redefinidas a missão e a visão institucional expressas a seguir:

Missão - Implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário no Estado do Ceará, articulando ações na esfera federal, estadual e municipal, tendo como referenciais a qualificação técnica e o respeito à categoria agricultura familiar, promovendo a alteração da realidade fundiária e o desenvolvimento territorial sustentável.

Visão - Referenciar a reforma agrária como a principal alternativa de desenvolvimento social e econômico no Estado do Ceará.

1.1 ORGANOGRAMA FUNCIONAL



(*) Todas as Superintendências Regionais têm a mesma estrutura básica. A distinção em SR do tipo I, II ou III se dá em função do número de cargos de assessoramento (DAS 102.1) que cada uma dispõe.

A SR(02) não dispõe de Unidades Avançadas em sua estrutura organizacional.

2. Objetivos e Metas Institucionais

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade - Papel da unidade na execução das políticas públicas.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, criada pelo Decreto-lei n.º 1.110, de 09/07/1970, teve sua estrutura regimental aprovada pelo Decreto n.º 5.735, de 27/03/2006 (com nova redação dada pelo Decreto n.º 6.812, de 03/04/2009).

O Incra tem como missão prioritária a realização da Reforma Agrária, a manutenção do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais e a administração das terras públicas da União. Encontra-se implantado em todo o território nacional por meio de trinta Superintendências Regionais.

Nos últimos anos, o Incra incorporou entre suas prioridades a implantação de um modelo de assentamento com a concepção de desenvolvimento territorial, tendo como referencial o programa do governo federal “Territórios da Cidadania”, instituído por Decreto, datado de 25/02/2008. O objetivo é implantar modelos compatíveis com as potencialidades e biomas de cada região do País e fomentar a integração espacial dos projetos. Outra tarefa importante no trabalho da Autarquia é o equacionamento do passivo ambiental existente, a recuperação da infraestrutura e a promoção do desenvolvimento sustentável dos milhares de assentamentos existentes no País.

No Ceará, o Incra é representado pela Superintendência Regional do Ceará - SR(02), desenvolvendo e executando as ações do Governo Federal direcionadas à Reforma Agrária e ao Gerenciamento da Estrutura Fundiária.

O documento em tela informa acerca dos programas e ações correlatas desenvolvidas com base nas orientações emanadas do Plano Plurianual - PPA 2008/2011, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual - LOA.

A sistemática de apresentação dos programas e das linhas de ação adota a padronização definida em âmbito nacional, a partir dos entendimentos mantidos com o Tribunal de Contas da União - TCU.

Em seu conjunto, o Relatório reafirma a importância e o significado das ações de Reforma Agrária para a melhoria das condições de vida de um contingente expressivo de trabalhadores rurais no Estado do Ceará assentados até o exercício de 2010, em 391 projetos de

assentamento federais, envolvendo 20.856 famílias. Ressaltam-se, ainda, os trabalhos em parceria em assentamentos estaduais (37 projetos com 717 famílias) e o reconhecimento de duas reservas extrativistas, com 347 famílias.

Sabe-se que se trata de uma política complexa, cujo êxito envolve um esforço de convergência de ações que não se esgotam na criação dos assentamentos. Para tanto, destaca-se o esforço empreendido pela SR(02) para desenvolver suas ações com base nas premissas de territorialização, integração e descentralização das ações, visando à paulatina inserção de sua gestão no Gespública.

Dentre os muitos desafios e oportunidades que se apresentam para a consecução da Reforma Agrária, além das inseridas no presente relatório, percebe-se a necessidade de adequação das atividades da SR(02) aos pressupostos do programa Territórios da Cidadania - TC, que hoje envolve praticamente 70,6% dos projetos de assentamento do Governo Federal, cuja ênfase, juntamente com as orientações dos órgãos de controle, notadamente na área ambiental, implica a redefinição do planejamento organizacional, numa perspectiva sistêmica. Para se ter uma idéia dessa importância, são 15.242 famílias assentadas em 276 projetos de assentamento, envolvendo uma área de 619.312 hectares.

Os resultados das ações do Incra no Ceará, em 2010, revelam muitos avanços e, também, problemas e desafios importantes para assegurar a ampliação e a qualificação do programa de Reforma Agrária. Deve-se lembrar que, da mesma maneira que em 2009, os recursos destinados ao Incra sofreram corte expressivo, com o Decreto nº 7.144/2010, impondo uma redução na capacidade operacional da SR(02).

Na área de Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos, a SR(02) ampliou o número de assentamentos em relação a 2009. Foram assentadas 656 famílias, o que permitiu cumprir 65,86% da meta prevista. Embora tenha vistoriado um total de imóveis com área suficiente para o cumprimento da meta, vários fatores contribuíram para o desempenho supracitado. Dentre eles, destacam-se um longo período na tramitação dos processos enviados a Brasília para decretação e para pagamento dos imóveis avaliados e, ainda, a demora da concessão das licenças ambientais, não obstante os esforços para encontrarmos uma solução, juntamente com o Órgão Ambiental do Estado e o alcance de 169,4% da meta de licenças protocoladas.

Na área de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, merece destaque o esforço realizado para a consecução da chamada pública para a contratação dos serviços de ATER, agora definidos em legislação específica.

A SR(02) formalizou dois convênios que permitiram assegurar recursos para iniciar atividades nas áreas dos programas Terra Sol e Manejo de Recursos Naturais, ampliando as parcerias e viabilizando ações para a qualificação dos projetos de assentamento envolvidos.

Fez-se um amplo esforço para redirecionar o trabalho das equipes de campo, tendo como referência o enfoque territorial. A ênfase teve como motivação o conceito de áreas reformadas, cujas premissas se encontram no II Plano Nacional de Reforma Agrária, supondo que a concentração de projetos de assentamento e de famílias assentadas por unidade territorial traria maior possibilidade de apreensão dos impactos.

Assim como em 2009, as ações de Concessão de Crédito Instalação e de Infraestrutura nos Projetos de Assentamento foram as mais prejudicadas em seu desempenho, não obstante o excelente resultado de recursos empenhados, tendo em vista as dificuldades operacionais resultantes da insuficiência de servidores, os sucessivos reajustes nos valores dos créditos, a questão já referida das licenças ambientais (Licenças de Instalação e Operação - LIO), cuja demora na liberação impediu a concessão dos créditos de instalação. Ressaltam-se, ainda, os trâmites necessários ao processo de homologação de novos candidatos. A demora no retorno dos nomes homologados, igualmente, impediu a emissão dos contratos de concessão do crédito.

Na área de Ordenamento da Estrutura Fundiária, a SR(02) consolidou o Convênio com o Governo do Estado do Ceará, com resultados extremamente satisfatórios na Regularização Fundiária de Imóveis Rurais e a viabilização de um servidor antropólogo para o quadro da SR(02), proporcionando a consecução de três relatórios técnicos de identificação e delimitação de áreas de remanescentes de Comunidades Quilombolas.

As ações de Retomada de Terras Públicas e Ações Preparatórias para a Destinação de Terras Públicas não são trabalhadas na SR(02), pois inexitem terras públicas localizadas no Estado do Ceará. As ações de Consolidação e Emancipação de Assentamentos de Reforma Agrária, Sistema de Cadastro Rural, Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos, Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos, Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social, Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária e Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol não tiveram recursos provisionados no exercício de 2010.

2.2 Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária é responsável por dois programas do PPA: Programa 1336 - Brasil Quilombola, e Programa 0138 - Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas, que contempla três grandes ações, assim definidas: ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural; ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária; e ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais.

Em relação ao Programa 1336 - Brasil Quilombola, a equipe multidisciplinar trabalha em tempo integral com pesquisas de campo de Territórios Quilombolas. Com o aporte do antropólogo removido da Superintendência Regional de Roraima para a SR(02), qualificou-se ainda mais o trabalho da equipe, visto que o alto grau de complexidade do processo de regularização fundiária de comunidades remanescentes de quilombos normalmente acarreta um maior número de viagens a campo, maior demanda de tempo, maior detalhamento das informações técnicas, número maior de técnicos envolvidos, dedicação total ao trabalho, o que não era possível ser realizado com antropólogos cedidos temporariamente pelo Incra/Sede ou por outras entidades.

Esse esforço e o envolvimento da equipe possibilitaram apresentar, no final do exercício, três Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação - RTID.

O Programa 0138 - Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas tem três grandes ações: ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural; ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária; e ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais.

A ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural - é desenvolvida com técnicos da Divisão, da Sala da Cidadania da SR(02), das Unidades Municipais de Cadastramento - UMCs e técnicos do Governo do Estado que trabalham no convênio celebrado entre o Incra e o Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará - Idace. Nesta ação, deu-se prioridade ao apoio do trabalho do convênio; à análise cadastral nos processos de certificação, com 72 processos analisados; à capacitação a novos chefes de UMC, com 24 novos UMC capacitados; e à celebração de novos Termos de Cooperação Técnica - TCT com prefeituras municipais, visando à implantação e funcionamento da UMC, com a celebração de mais 32 TCTs.

O desenvolvimento da ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária - teve como estratégia principal continuar o trabalho conjunto com a ação 2110 - Regularização Fundiária

de Imóveis Rurais - no apoio ao convênio firmado entre o Incra e o Idace, de número 30.000/08, denominado de Cadastro Georreferenciado e Regularização Fundiária de Imóveis Rurais, pois só assim teríamos condições de alcançar um alto índice de imóveis rurais georreferenciados no banco de dados gráficos da SR(02). Trabalhou-se, também, em analisar de forma mais qualificada os processos de certificação cadastral que foram protocolados na SR(02), fato que teve destaque pois tivemos um acréscimo substancial no número de processos analisados e concluídos.

A ação 4226 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais - foi uma das mais importantes ações desenvolvidas no âmbito da Divisão, pois o Estado do Ceará é responsável por um volume expressivo da meta nacional de imóveis rurais regularizados e titulados. Esta ação tem como carro chefe o Convênio nº 30.000/2008 - Cadastro Georreferenciado e Regularização Fundiária de Imóveis Rurais - firmado entre o Incra e o Idace, em que se gerencia, georreferencia e regulariza os imóveis rurais do Estado do Ceará, mediante varredura municipal, o que permitirá ao final do mesmo, além da atualização do cadastro do Incra (gráfico e literal), apresentar um diagnóstico da situação fundiária no Estado do Ceará. Houve uma ação contínua dos técnicos da Divisão, o que propiciou um alcance de mais de seis vezes o quantitativo da meta prevista na PO/2010, quando se chegou a 52.637 imóveis rurais regularizados e titulados.

2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

Na perspectiva de atingir a eficiência, eficácia e efetividade de suas ações, a Divisão de Obtenção de Terras da SR(02) manteve as estratégias de 2009 e definiu outras, como demonstrado abaixo:

- a) Adoção de parcerias com outras instituições afins e articulação interna, envolvendo outras divisões da SR(02) para vistoriar áreas com demandas qualificadas, sejam elas apresentadas pelos movimentos sociais e/ou identificadas pelo Incra através da Ação de Regularização Fundiária;
- b) Capacitação dos Peritos Federais Agrários na perspectiva de ampliar e melhorar o conhecimento de forma a qualificar os Laudos Agrônômicos de Fiscalização e Avaliações dos Imóveis Rurais;
- c) Permanente articulação com a Superintendência do Meio Ambiente do Estado do Ceará - Semace, para garantir respostas mais rápidas às solicitações das Licenças Ambientais;

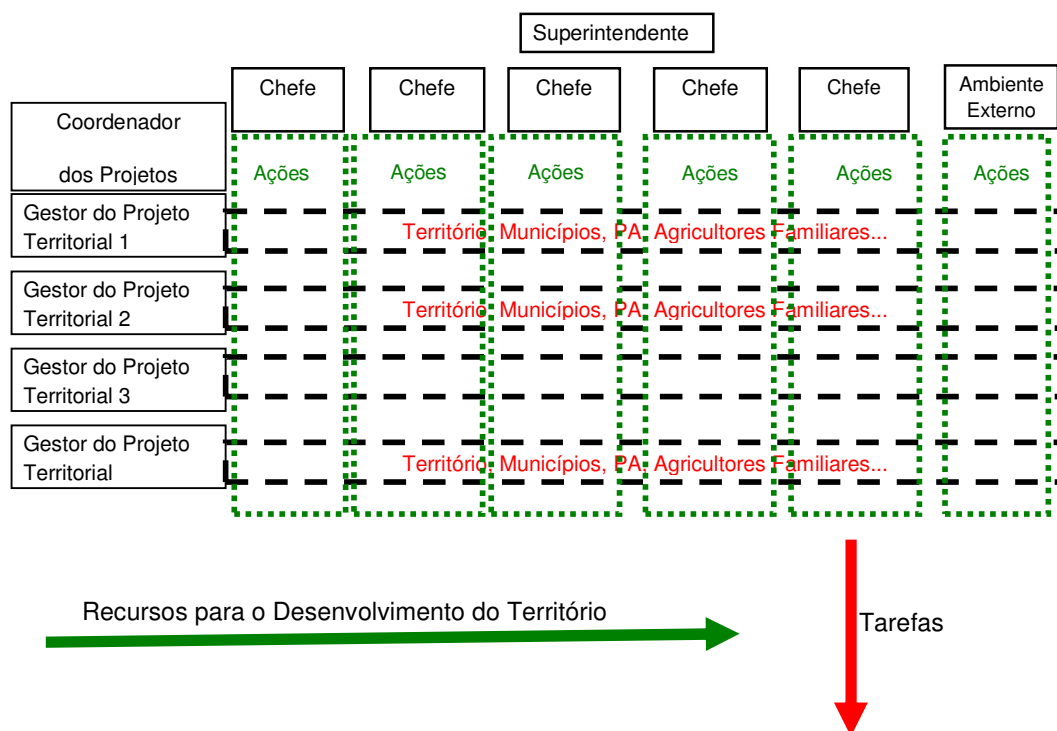
d) Estruturação da Câmara Técnica e definição da elaboração do Diagnóstico Regional para subsidiar as atividades de vistoria e obtenção de imóveis e também a elaboração do estudo de mercado de terras.

No entanto, ainda permanecem dificuldades (ameaças) internas e externas que impactaram negativamente no resultado das metas, com destaque:

- a) Demora na publicação dos decretos que declaram os imóveis de interesse para a Reforma Agrária;
- b) Atraso nas respostas dos órgãos consultados conforme orientação da Consultoria Jurídica - CONJUR;
- c) Inviabilização do prosseguimento dos processos de desapropriação nas áreas ocupadas, em face da aplicação da MP 2183/2001;
- d) Não liberação de parte dos recursos financeiros para pagamento dos imóveis viabilizados para desapropriação em 2010;
- e) Lentidão na expedição das Licenças Prévias - LP e Licenças de Instalação e Operação - LIO pela SEMACE, o que impossibilitou a criação dos projetos de assentamento, mesmo aqueles já imitados em posse;
- f) Resistência de alguns proprietários em assinarem as notificações de vistoria o que obrigou, nesses casos, a utilização do recurso do Edital de Notificação, previsto na Norma de Execução/Incra/DT/Nº 83, implicando em atraso no andamento do processo e elevação dos custos;
- g) Complexidade das normas para implementação da NE 47.

2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

Os gestores da instituição buscaram, inicialmente, dar continuidade à estrutura proposta a partir das “rodadas de gestão” empreendidas ao longo do exercício de 2009. Esta estrutura sugeria um arranjo matricial para atendimento às demandas de atividades captadas pela SR(02) e, em particular, pela Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento. Conforme se vê no organograma apresentado a seguir, o arranjo considerava que cada ação desenvolvida pela instituição tivesse uma coordenação e que o conjunto das ações fosse organizado a partir da visão territorial, onde cada território também teria um gestor específico.



No entanto, a implantação da estrutura proposta, apresentada acima, não ocorreu de forma efetiva. Na prática, em 2010, ao mesmo tempo em que as ações foram desenvolvidas com base na estrutura de gestão operacional historicamente construída pelos gestores e servidores, a Divisão sofreu com a redução do seu quadro de servidores. Isto em um cenário onde a demanda de atividades é sempre crescente, tendo em vista que o número de projetos de assentamento aumenta constantemente.

Considere-se ainda que o volume de recursos disponibilizados para o desenvolvimento das atividades sofreu uma redução considerável em relação ao exercício anterior. Assim, apesar de ter-se buscado a reestruturação das Equipes de Articulação Territorial, dotando-as de uma coordenação e de uma secretaria-executiva, como também de novas ferramentas de planejamento e autonomia em termos de transporte e diárias, o exercício de 2010 foi marcado por um visível desgaste da estrutura organizacional da Divisão. Isto pôde ser constatado pelo anseio de que seja implantada uma nova estrutura de gestão operacional, com maior sintonia com a atual demanda de atividades da Divisão.

Não obstante, deve-se registrar que a Divisão conseguiu estruturar algumas ações atingindo resultados significativos, a exemplo da emissão dos Contratos de Concessão de Uso - CCU e, ainda, na preparação da chamada pública para a contratação dos serviços de Assistência Técnica - ATER, cuja consolidação é decisiva para o desempenho dos assentamentos.

Em 2011, considerando-se a avaliação da realidade vivenciada no ano anterior, os gestores e servidores da Divisão estão construindo de forma participativa um novo arranjo organizacional. A nova estrutura de gestão operacional deve considerar a estrutura regimentalmente definida em 2006, em nível nacional, a capacidade operacional da Divisão, com base na análise quantitativa e qualitativa de seu corpo técnico, e as atividades historicamente desenvolvidas e demandadas.

2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa

Da mesma forma que em 2009, o maior desafio da Divisão de Gestão Administrativa em 2010 envolveu a redução das condições para a continuidade dos serviços da Superintendência Regional, após os cortes definidos pelo Decreto n.º 7144/2010.

Manteve-se a estratégia utilizada de redução dos gastos, notadamente nas áreas de telefonia e energia elétrica. Ao longo do ano, houve a retomada da provisão de recursos nos limites suficientes para a manutenção dos contratos e serviços.

A SR(02) implantou em 2010, o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP e o acompanhamento mediante GPS das viaturas, visando à racionalização das atividades. A continuidade do lançamento das viagens no sistema de programação de diárias local, proporcionou visualizar antecipadamente a programação semanal de viagens e priorizar aquelas mais importantes, bem como outras que pudessem ser realizadas de forma integrada entre as divisões.

Dando continuidade aos serviços de melhoria das condições das instalações físicas, iniciou-se o trabalho de recuperação e modernização do auditório da SR(02).

Mantém-se como desafio importante a adequação da força de trabalho para otimizar a realização das atividades em setores cruciais como, por exemplo, a contabilidade.

2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

2.3.1 Programa 0135 - Assentamento de Trabalhadores Rurais

Principais Ações do Programa

2.3.1.1 Ação 8384 - Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o SIPRA, especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamento (créditos recebidos, habitação rural, infraestrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de Concessão de Uso, Contrato de Crédito Instalação, Certidões para fins de Seguridade Social e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Incra-Sede

Coordenador Nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidade executora: Superintendência Regional do Ceará - SR(02)

Execução Física e Financeira das ações realizadas

Quadro A.1 - Execução física ação 8384

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da ação	Prioridade	Unidade de medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
21	631	135	8384	A	3	Família assentada	996	656	65,86	340

Fonte: Caderno de Metas 2010/Módulo Monitoramento

Quadro A.2 - Execução orçamentário-financeira ação 8384

PO 2010	Provisão recebida	Empenho emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
94.338,00	105.335,17	83.598,03	79,36	81.742,75	77,60	81.742,75	77,60

Fonte: Caderno de Metas 2010/SIAFI Gerencial

Resultados Alcançados

O Setor de Cadastro e Seleção, responsável pela execução do cadastramento de famílias a serem assentadas nos novos projetos criados, alcançou o percentual de 65,86% do total de famílias que deveria assentar, no entanto o resultado não reflete os trabalhos realizados para atingir as metas estabelecidas.

O primeiro e mais importante fator que impediu o alcance das metas do exercício de 2010 foi a não criação de oito novos projetos de assentamentos (imóveis: Lagoa do Mel, Bom Jesus Poço da Areia, Filadélfia, Croata, Santa Terezinha, Grajaú, Arraia Costa e Puxa II) que não tiveram as licenças ambientais liberadas a contento e, ainda, da situação sub-júdice do imóvel Dulcinéia que, juntos, totalizariam mais 228 novas famílias assentadas, somados aos 656 executados, obter-se-ia 884 famílias, ou 88,75% da meta (996 famílias assentadas).

Outro fator, mas não menos importante, foi a complexidade da execução da Instrução Normativa/Incra/nº 47/2008. A referida instrução trata da supervisão ocupacional dos assentamentos da Reforma Agrária, e o resultado da sua execução autorizaria o Setor de Cadastro e Seleção a substituir cerca de 150 a 200 famílias que desistiram e/ou abandonaram os projetos de assentamento.

A setor de Cadastro e Seleção de novas famílias também realizou o cadastramento de 855 outras famílias reivindicadas pelo Movimento dos Atingidos por Barragem - MAB, que farão parte do banco de dados desta Autarquia para um possível processo de assentamento.

Caso não houvesse todos os impedimentos relatados e fossem considerados, hipoteticamente, os cadastros realizados para sistematização do público do MAB, este Setor teria cadastrado e homologado cerca de 1.739 famílias, superando a meta estabelecida para o exercício de 2010.

2.3.1.2 Ação 8387 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção.

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados;

provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custeio de desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Incra-Sede

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidade executora: Superintendência Regional do Ceará - SR(02)

Execução Física e Financeira das ações realizadas

Quadro A.3 - Execução física ação 8387

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da ação	Prioridade	Unidade de medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
21	631	135	8387	A	3	Hectares	76.860	78.257,8690	101,82	0

Fonte: Caderno de Metas 2010/Módulo Monitoramento

Quadro A.4 - Execução orçamentário-financeira ação 8387

PO 2010	Provisão recebida	Empenho emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
465.004,00	672.697,48	570.743,96	84,84	553.738,76	82,32	553.738,76	82,32

Fonte: Caderno de Metas 2010/SIAFI Gerencial

Resultados Alcançados

A Superintendência Regional atingiu 101,82% da meta prevista na PO, gerando um estoque de terras suficientes para assentar 638 famílias. Não foi possível alcançar a área suficiente para assentar o número de famílias definido na PO (996), devido aos seguintes aspectos:

- imóveis registrados com áreas maiores do que a efetivamente encontrada em campo;
- área notificada onde o proprietário impediu a realização da vistoria. A Divisão entrou com pedido junto à Procuradoria, solicitando autorização judicial para viabilizar a vistoria conforme planejado (aguarda-se a manifestação do Juiz em relação ao pedido).

Nesta ação superamos a meta prevista, entretanto não foi possível atingir as metas de famílias assentadas, mediante a conclusão dos processos de obtenção de terras, devido aos vários problemas enumerados nas estratégias da Divisão.

2.3.1.3 Ação 8374 - Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/Incra e MMA/Ibama, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações e o pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Incra-Sede

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidade executora: Superintendência Regional do Ceará - SR(02)

Execução Física e Financeira das ações realizadas

Quadro A.5 - Execução física ação 8374

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da ação	Prioridade	Unidade de medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
21	631	135	8374	A	3	Licença Protocolada	36	66	183,33	

Fonte: Caderno de Metas 2010/Módulo Monitoramento

Quadro A.6 - Execução orçamentário-financeira ação 8374

PO 2010	Provisão recebida	Empenho emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
187.751,00	277.750,60	211.120,35	76,01	125.096,69	45,04	123.961,47	44,63

Fonte: Caderno de Metas 2010/SIAFI Gerencial

Resultados Alcançados

A SR(02) vem desenvolvendo ações e incorporando práticas que visam à melhoria das condições sócio-ambientais nos projetos de assentamento sob a sua jurisdição.

Os trabalhos desenvolvidos pelo Serviço de Meio Ambiente e Recursos Naturais - SMA da Superintendência, tanto do ponto de vista administrativo como operacional, foram focados na ação de licenciamento ambiental dos assentamentos. Compreende-se que o licenciamento/regularização ambiental dos assentamentos não deve ser destinado apenas ao cumprimento formal do ato administrativo estabelecido entre o Incra e o Órgão Ambiental, mas deve abranger a melhoria das condições ambientais do local onde as pessoas vivem no projeto de assentamento (conservação da paisagem, qualidade da água, arborização, destinação correta dos resíduos, etc.), a geração de renda através da exploração econômica das possibilidades advindas da conservação ambiental (planos de manejo florestal sustentado, o extrativismo vegetal, o artesanato, o ecoturismo) e a educação ambiental. Neste sentido diversas ações e esforços foram empreendidos no sentido de não somente cumprir as metas estabelecidas de licenciamento ambiental.

Em relação ao cumprimento das metas físicas estabelecidas no Plano de Ação Ambiental 2008/2013 para a Ação 8374 de Licenciamento Ambiental para Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, foram protocoladas, no exercício de 2010, 66 solicitações para obtenção de licenças ambientais para os imóveis rurais em obtenção e projetos de assentamento. Este valor supera em 83,33 % a meta que foi de 36 licenças ambientais, contidas na PO 2010, após a repactuação da meta e do valor do recurso e do seu conseqüente rebaixamento estabelecido pelo decreto nº 7.144 de março de 2010.

No exercício de 2010, foram protocoladas 50 solicitações para obtenção/regularização de Licenças de Instalação e Operação (LIO), para projetos de assentamento. Até o dia 31/12/2010, haviam sido expedidas pela Semace 52 LIO, sendo uma licença solicitada em 2008, 39 licenças solicitadas em 2009 e 12 licenças solicitadas em 2010.

No tocante à Licença Prévia (LP) para os imóveis em obtenção, foram protocoladas 16 solicitações/renovações, tendo sido expedidas até o dia 31/12/2010, 11 LP, sendo que, destas, três licenças são referentes a solicitações de 2008, duas a solicitações de 2009 e seis a solicitações de 2010.

Em relação à divisão das metas físicas para jurisdição da SR e Territórios da Cidadania, a SR(02) protocolou 47 licenças ambientais (31 LIO e 16 LP), com o recurso da ação de licenciamento destinado à SR, cumprindo em 204 % a meta, que era de 23 licenças, e protocolou 19 LIOS, com o recurso direcionado aos Territórios da Cidadania, cumprindo em 146 % a meta estabelecida para essa jurisdição.

Destacamos que, até a presente data, a Superintendência Estadual de Meio Ambiente do Ceará - Semace tem aceitado o Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA e o Plano de Recuperação do Assentamento - PRA, para a LIO, e o Laudo Agrônômico de Fiscalização, para a LP, como instrumentos para o licenciamento, sendo que, em muitos casos, exige relatórios com informações complementares, relatórios esses que deverão ser apresentados pela SR(02) no ato da solicitação de renovação das licenças, tudo em conformidade com a Resolução CONAMA nº 387/2006.

Os valores gastos com o licenciamento ambiental foram para cobrir despesas com pagamento de taxas relativas à expedição de licenças ambientais, custo com publicação, despesas com diárias de técnicos e deslocamentos de viaturas aos imóveis rurais e projetos de assentamento que foram priorizados para o licenciamento ambiental.

Do valor total provisionado de R\$ 277.750,60 (R\$ 211.129,40 para a jurisdição da SR - TR e R\$ 66.621,20 para o Território da Cidadania - TC) e do total empenhado de R\$ 211.120,35 (R\$ 164.397,68 para o TR e R\$ 46.722,67 para TC), tendo sido gasto um total de R\$ 123.961,47 (R\$ 93.592,54 para o TR e R\$ 30.368,93 para o TC) com o licenciamento ambiental, ficou o custo médio por licença ambiental (LP e LIO) de R\$ 1.878,20. Destacamos que o custo médio para o exercício de 2010, comparado ao custo médio de 2009, foi maior, tendo em vista a correção pelo órgão ambiental dos valores referentes às taxas de licenciamento e da cobrança de valores diferenciados para regularização do mesmo.

Além disso, visando a reduzir os custos de publicação, os vários requerimentos de LIO ou de LP, bem como os recebimentos das licenças ambientais expedidas, são reunidos, sempre que possível, em uma só publicação, seja para LIO, seja para LP. Acrescente-se que em virtude do acatamento pelo Órgão Estadual de Meio Ambiente, do Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA e/ou do Plano de Recuperação do Assentamento - PRA, como documentos técnicos para obtenção do licenciamento ambiental, documentos esses já elaborados para a grande maioria dos projetos de assentamento através de outras fontes de financiamento, especialmente pelo programa de Assistência Técnica, gerando assim uma grande economia de recursos financeiros para a SR(02), dispensando a contratação de novos estudos e relatórios destinados ao atendimento de exigências do licenciamento ambiental. Tudo isso demonstra o empenho feito pela SR(02) em utilizar de forma racional o recurso financeiro em questão e o esforço em reduzir o custo do licenciamento ambiental para o atingimento das metas contidas no Plano de Ação e na PO 2010.

Vale salientar que a Semace segue a Resolução nº 08/2004 do Conselho Estadual de Meio Ambiente - COEMA, que é mais restritiva em relação aos prazos de validade de LP e LIO se comparados aos prazos estabelecidos, para essas licenças, na Resolução do CONAMA nº 387/06, pois somente a partir do ano de 2010 a SEMACE entendeu a fundamentação do nosso apelo e passou a expedir a Licença de Instalação e Operação com validade de três anos, facilitando, com isso, o atendimento das questões administrativas e o cumprimento de condicionantes que eventualmente sejam impostas pelo Órgão Estadual de Meio Ambiente - OEMA. Contudo, continuamos a empreender esforços no sentido da integral adequação da Resolução COEMA 08/2004 aos termos da Resolução CONAMA 387/2006 que, entre outros aspectos, estabelece prazos maiores para as licenças ambientais. Ratificando esses esforços, no exercício de 2010, apresentamos, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA, MST e Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Ceará - Fetraece, proposta de resolução ao COEMA, visando a alterações de normativos para isenção de taxas de licenciamento e autorizações ambientais (uso alternativo do solo e uso do fogo controlado) para agricultores familiares e assentados da Reforma Agrária, além de mudança nos prazos de validade das licenças. Até a presente data essa proposta não obteve resultado definitivo.

Oportuno relatar que, desde 2008, quando as LIO começaram a ser protocoladas, o Incra tem procurado, através do Serviço de Meio Ambiente, esclarecer e sensibilizar o Órgão Ambiental Estadual da impossibilidade administrativa e operacional de manter em situação regular as licenças dos projetos de assentamento, no tocante aos prazos concedidos às LIO expedidas nos exercícios de 2008 e 2009, tendo em vista:

- a) Que esses prazos são extremamente curtos para a SR(02) e os assentados cumprirem as condicionantes estabelecidas nas licenças ambientais;
- b) Que o número de servidores do Serviço de Meio Ambiente é reduzido para cumprir, nesses prazos, as exigências administrativas e operacionais estabelecidas pelo processo de licenciamento ambiental;
- c) A grande quantidade de Projetos de Assentamentos envolvidos a cada ano no processo de licenciamento;
- d) A necessidade de adequação integral das resoluções do COEMA à resolução do CONAMA nº 387/2006.

Dificuldades Encontradas

As dificuldades que se apresentam no processo de licenciamento podem ser descritas considerando os aspectos internos e externos.

Do ponto de vista interno, ressalta-se que a SR(02) não é dotada de capacidade operacional que possa atender à demanda do licenciamento:

- O Serviço de Meio Ambiente da SR(02) conta com reduzido número de servidores e que normalmente está sobrecarregado, problema agravado pela falta de um profissional habilitado na área florestal (Engenheiro Florestal), para dar prosseguimento às ações de desenvolvimento dos Planos de Manejo Florestal já implantados pela superintendência e promover outras ações através da identificação da potencialidade florestal existente nas áreas de assentamento;

- O Serviço de Meio Ambiente da SR(02) não pode e não deve ser instância aglutinadora de todas as questões ambientais existentes nos assentamentos. Neste sentido, há uma enorme dificuldade de imprimir a temática ambiental nos seus vários aspectos, uma transversalidade que propicie a incorporação das ações em todos os setores por intermédio do seu corpo técnico;

- Implantar projetos de recuperação ambiental no semi-árido, com os recursos vinculados ao orçamento geral do Incra, tem sido tarefa das mais difíceis, se não inviável, pois as exigências legais para aplicação desses recursos tornam o custo dos projetos muito elevado.

Do ponto de vista externo, podemos destacar como um dos pontos que geram grande dificuldade junto ao Órgão Ambiental, a falta de um instrumento legal que contemple, de forma clara, todos os pontos envolvendo o licenciamento específico dos projetos de assentamento.

- Prazo de validade das LIOs já expedidas pelo OEMA.

- Centralização de todas as decisões relacionadas aos projetos de assentamento pela Superintendência Estadual de Meio Ambiente do Ceará - Semace, em Fortaleza, tirando a possibilidade de construção de alternativas regionais e locais;

- Dificuldades em encontrar parceiros qualificados, especialmente para desenvolver ações na área de recuperação do passivo ambiental, além do alto custo proposto pelo serviço.

Sugestões para melhoria na execução da ação

- Criar mecanismos que possibilitem a atuação de Procuradores Federais junto ao Serviço de Meio Ambiente da Superintendência, prestando apoio jurídico e advocatício;
- Estudar alternativas que possibilitem a aplicação dos recursos para implantação dos projetos de recuperação de forma mais simples e direta, através da associação dos assentados;
- Disponibilizar os meios necessários à Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento, para que possa desempenhar o seu papel nesta ação, pois é no âmbito de sua competência que se enquadra grande parte do que precisa ser executado;
- Dotar o serviço de Cartografia de recursos tecnológicos para atender às demandas geradas pela ação;
- Encontrar mecanismos que possam contribuir para a construção de instrumentos que formalizem as decisões e procedimentos com o Órgão Ambiental;
- Capacitar/orientar os gestores da SR(02) para valorizarem a prática da transversalidade em seu processo de gestão.

2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Incra-Sede

Coordenador Nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda.

Unidade executora: Superintendência Regional do Ceará - SR(02)

Execução Física e Financeira das ações realizadas

Quadro A.7 - Execução física ação 4460

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da ação	Prioridade	Unidade de medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
21	631	135	4460	A	3	Hectares	26.352	21.307,1937	80,86	5.044,8063

Fonte: Caderno de Metas 2010/Módulo Monitoramento

Quadro A.8 - Execução orçamentário-financeira ação 4460

PO 2010	Provisão recebida	Empenho emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
5.153.356,00	2.778.452,87	2.778.418,79	99,99	2.638.074,17	94,95	2.638.074,17	94,95

Fonte: Caderno de Metas 2010/SIAFI Gerencial

Resultados Alcançados

A SR(02), através da sua Divisão de Obtenção de Terras, encaminhou a Brasília, no exercício de 2010, processos com a avaliação de 17 imóveis rurais correspondentes a 21.307,1937. Tendo em vista as dificuldades orçamentárias após o decreto de corte dos recursos, o pagamento desses imóveis não foi liberado e, portanto, o processo de obtenção não foi concluído, o que impactou fortemente no resultado da meta, tendo em vista que a aquisição do imóvel só se conclui com o pagamento e a consequente imissão na posse.

Além do aspecto acima levantado, também contribuíram para a lentidão na conclusão dos processos de obtenção o atraso na publicação dos decretos que declaram os imóveis de interesse social para Reforma Agrária, e a demora nas respostas às consultas feitas aos órgãos (Funai, Ibama, Dnocs, Fundação Palmares, MDA, etc.), conforme determinação da Nota Técnica/CGAPJP/CONJUR/MDA/nº 15/2006, de 30/06/2006.

2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa**Dados gerais da ação**

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Incra-Sede

Coordenador Nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda.

Unidade executora: Superintendência Regional do Ceará - SR(02)

Execução Física e Financeira das ações realizadas

Quadro A.9 - Execução física ação 2272

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da ação	Prioridade	Unidade de medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
21	631	135	4460	A	3	-	-	-	-	-

Fonte: Caderno de Metas 2010/Módulo Monitoramento

Quadro A.10 - Execução orçamentário-financeira ação 2272

PO 2010	Provisão recebida	Empenho emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
5.351,00	44.531,38	42.146,38	94,64	14.847,78	33,34	14.847,78	33,34

Fonte: Caderno de Metas 2010/SIAFI Gerencial

Os recursos da Ação Gestão e Administração do Programa (GAP) foram utilizados para o levantamento, em campo, da situação cadastral dos imóveis objeto de levantamento de dados, atividade essa complementada com os recursos da Ação de Vistoria e Avaliação.

2.3.2 Programa 0137 - Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Principais Ações do Programa

2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infraestrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infraestrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando a proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Incra-Sede

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidade executora: Superintendência Regional do Ceará - SR(02)

Execução Física e Financeira das ações realizadas

Quadro A.11 - Execução física ação 8396

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da ação	Prioridade	Unidade de medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
21	631	137	8396	A	3	Família Atendida	1.628	-	-	1.628

Fonte: Caderno de Metas 2010/Módulo Monitoramento

Quadro A.12 - Execução orçamentário-financeira ação 8396

PO 2010	Provisão recebida	Empenho emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
3.847.896,00	11.787.997,84	11.781.545,34	25,95	3.058.536,48	25,95	3.058.536,48	25,95

Fonte: Caderno de Metas 2010/SIAFI Gerencial

Resultados Alcançados

Em relação à Ação 8396, foi efetivamente comprometido o montante de R\$ 11.781.545,34, para beneficiar 1.628 famílias assentadas. As obras empenhadas com recursos da PO de 2010 encontram-se em fase de execução. Até o final do exercício de 2010 foram transferidos para as prefeituras municipais R\$ 3.058.536,48, devendo beneficiar 498 famílias assentadas. Ressaltamos que no exercício de 2010 foram concluídas 28 obras em 26 projetos de assentamento, beneficiando 2.961 famílias, obras estas tendo como fonte de recursos as POs dos exercícios de 2007, 2008 e 2009.

As ações firmadas com as prefeituras municipais no exercício de 2010, envolvem a execução de 29 obras de infraestrutura em 26 projetos, beneficiando 3.208 famílias assentadas. A meta financeira prevista nesta ação que era de R\$ 11.795.549,22, foi bastante comprometida, tendo em vista só serem liberados recursos da ordem de R\$ 3.058.536,48, correspondendo a 25,94%, ficando um montante de R\$ 8.723.008,86 em restos a pagar.

2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Incra-Sede

Coordenador Nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidade executora: Superintendência Regional do Ceará - SR(02)

Execução Física e Financeira das ações realizadas

Quadro A.13 - Execução física ação 8398 - Exercício 2010

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da ação	Prioridade	Unidade de medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	8398	A	3	Família	1.751	1.278	72,99	473

Fonte: Caderno de Metas 2010/Módulo Monitoramento/Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária SR(02)

Quadro A.14 - Execução orçamentário-financeira ação 8398 - Exercício 2010

PO 2010	Provisão recebida	Empenho emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
208.362,00	307.495,85	304.563,10	99,04	102.143,73	33,21	102.143,73	33,21

Fonte: Caderno de Metas 2010/Módulo Monitoramento/Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária SR(02)

Quadro A.15 - Execução física ação 8398 - Exercício 2009 / executado 2010

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da ação	Prioridade	Unidade de medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0137	8398	A	3	Família	6.856	6.856	100	0

Fonte: Caderno de Metas 2009/Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária SR(02)

Quadro A.16 - Execução orçamentário-financeira ação 8398 - Exercício 2009/executado 2010

PO 2010	Provisão recebida	Empenho emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
429.983,42	429.983,42	429.983,42	100	429.983,42	100	429.983,42	100

Fonte: Caderno de Metas 2009/Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária SR(02)

Resultados Alcançados

Para o exercício de 2010 foram programados, inicialmente, os recursos financeiros de R\$ 414.263,00, que posteriormente foram adequados para R\$ 208.362,00 e 1.751 famílias, como meta prevista na PO 2010, embora tenham sido disponibilizado R\$ 319.674,00 para execução do georreferenciamento/demarcação topográfica dos perímetros de 68 projetos de assentamento, com 4.581 famílias, por execução via indireta, do Lote 01 - Núcleo Territorial Leste Jaguaribe, para os quais realizamos a licitação através da Tomada de Preços 01/2010 em dezembro/2010, quando foi contratada a empresa Geonordeste Serviços S/S Ltda., com recursos financeiros empenhados de R\$ 197.067,25 e início dos trabalhos previsto para fevereiro de 2011, com prazo de execução de cinco meses, conforme processo nº 54130.002160/2010-17 e Contrato CRT/CE/Nº 08000/2010. Assim como foram programados recursos financeiros de R\$ 160.875,00 para a execução do georreferenciamento de 32 projetos de assentamento, com 1.511 famílias do Núcleo Territorial Zona Norte, onde está sendo executado o georreferenciamento de 26 projetos de assentamento com 1.278 famílias e, recursos financeiros empenhados de R\$ 107.495,85, sendo que deste valor foi efetuado o pagamento de 102.143,73, devemos considerar que foi realizado através do acréscimo de 25% de Termo Aditivo ao Contrato CRT/CE/Nº 11.000/2009. Portanto, dos recursos recebidos de R\$ 307.495,85, foram empenhados somente R\$ 304.563,10 e pagos R\$ 102.143,73, para executarmos o georreferenciamento de 94 projetos de assentamento.

Também foram programados o georreferenciamento/demarcação topográfica dos perímetros de 20 projetos de assentamento com 630 famílias por execução via direta, com recurso financeiro de R\$ 169.130,00 e a demarcação de reserva legal de 20 projetos de assentamento com 955 famílias por via direta, com recursos financeiros de R\$ 169.130,00, para os quais não foram disponibilizados os recursos programados para executarmos as atividades.

Além dos referidos projetos de assentamento, foram desenvolvidos os trabalhos de georreferenciamento de 102 projetos de assentamento com 6.856 famílias, licitados na modalidade Tomada de Preços no final do exercício de 2009, em face de o recebimento dos recursos programados de R\$ 429.983,42 ter ocorrido somente no segundo semestre de 2009, quando foi contratada a empresa Geosistemas Engenharia e Planejamento Ltda., de acordo com processo nº 54130.001628/2009-12 e Contrato CRT/CE/Nº 11.000/2009, e acrescidos os 26 projetos de assentamento com 1.278 famílias através de 25% de Termo Aditivo no exercício 2010, com recursos financeiros de R\$ 107.495,85, conforme já tínhamos nos referido, totalizando 128 projetos de assentamento, com 8.134 famílias e recursos financeiros de R\$ 537.479,27 relativos aos exercícios 2009 e 2010.

Os trabalhos técnicos transcorreram normalmente, porém, em razão do período prolongado de chuvas que prejudicou o desenvolvimento normal dos trabalhos de campo e outros contratemplos alegados pela empresa Geosistemas Engenharia e Planejamento Ltda, houve a necessidade de dois Termos Aditivos de Prazo, devidamente justificados pela empresa contratada e acatados pela Comissão de Fiscalização dos Trabalhos Topográficos.

Salientamos que a prioridade das vistorias preliminares com levantamentos topográficos de imóveis rurais com fins de obtenção de terras para incorporação ao Programa de Reforma Agrária ocupou significativo tempo de trabalho da equipe de técnicos do Serviço de Cartografia, comprometendo em parte a execução de alguns trabalhos programados nos projetos. Contudo, esses trabalhos estão sendo contemplados no Convênio Incra/Idace, com a execução do georreferenciamento de todos os imóveis rurais por varredura na maioria dos municípios do Estado do Ceará.

Esclarecemos que, no Estado do Ceará, a maioria dos projetos de assentamento não são parcelados. Portanto, o georreferenciamento é executado somente no perímetro dos mesmos com fins imediatos de certificação das peças técnicas, conseqüentemente a meta alcançada em famílias é bastante superior às 1.751 famílias previstas no Caderno de Metas de 2010.

2.3.2.3 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) aonceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao Incra, visando a sua redestinação; d) realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Incra-Sede

Coordenador Nacional da ação: Silvia Regina Barguil

Unidade executora: Superintendência Regional do Ceará - SR(02)

Execução Física e Financeira das ações realizadas

Quadro A.17 - Execução física ação 4358

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da ação	Prioridade	Unidade de medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
21	631	137	4358	A	3	Título expedido	327	2.309	706,12	

Fonte: Caderno de Metas 2010/Módulo Monitoramento

Quadro A.18 - Execução orçamentário-financeira ação 4358

PO 2010	Provisão recebida	Empenho emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
47.349,00	64.348,00	43.142,18	67,04	39.767,51	61,80	39.767,51	61,80

Fonte: Caderno de Metas 2010/SIAFI Gerencial

Resultados Alcançados

Inicialmente a meta estabelecida na Lei Orçamentária Anual - LOA/2010 foi de 648 documentos de titulação provisória - Contrato de Concessão de Uso, com recurso orçamentário estimado em R\$ 84.552,00. No entanto, com o Decreto n.º 7144/2010, a meta e os recursos orçados foram redimensionados: 327 CCUs e R\$ 47.349,00, respectivamente.

A disponibilidade dos recursos financeiros, bem como uma maior agilidade na superação dos obstáculos presentes no exercício de 2009, permitiram o alcance de um resultado bem acima do previsto, ou seja, a expedição de 2.309 títulos provisórios, atingindo o percentual de meta realizada de 706,12%. A estruturação da equipe permitiu em grande parte o resultado antes apresentado.

Problemas - Titulação Provisória

As maiores dificuldades enfrentadas na expedição dos títulos provisórios estão circunscritas ao ambiente institucional:

a) a instrução dos Processos Administrativos do Beneficiário, bem como a alimentação dos dados dos projetos de assentamento, condições para a emissão dos CCUs, ainda não atingiu o ritmo necessário, embora ao longo do exercício 2010 tenham ganho celeridade em relação ao ano anterior;

b) a falta de estratégia ou política para a titulação definitiva e a consolidação dos projetos criados desde 1980 no Estado do Ceará, gera uma demanda de emissão de títulos

provisórios impossível de ser atendida a curto e a médio prazos. Dessa forma, a pressão da demanda repercute sobre a concessão do Crédito Instalação e sobre a cobertura de todas as etapas de trabalho da equipe responsável pela expedição do CCU, que inclui a alimentação de informações no Sipra - Módulo Titulação e o cancelamento de contratos por desistência/abandono, mudança na composição familiar ou por erros de dados no CCU;

c) a imposição pelo Incra/Sede da publicação dos Contratos de Concessão de Uso antes da assinatura do documento pelas partes (Incra/beneficiários). Explicando melhor, é frequente a constatação em campo, no momento das assinaturas, que o beneficiário não reside mais no projeto de assentamento ou faleceu. A publicação antecipada do CCU gera a responsabilidade de cancelar um ato que ainda não estava concluído. O tempo, que é um recurso não renovável, é desperdiçado nos desdobramentos de uma tarefa que inexistiria se os contratos fossem assinados e, somente após, encaminhados para publicação.

2.3.2.4 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando à recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estímulo à implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitoramento da utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realização da materialização (demarcação/cercamento) das áreas de reserva.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Incra-Sede

Coordenador Nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidade executora: Superintendência Regional do Ceará - SR(02)

Execução Física e Financeira das ações realizadas

Quadro A.19 - Execução física ação 2B06

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da ação	Prioridade	Unidade de medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
21	631	137	2B06	A	3	Família	7	0	0	7

Fonte: Caderno de Metas 2010/Módulo Monitoramento/ Divisão de Desenvolvimento SR/02

Quadro A.20 - Execução orçamentário-financeira ação 2B06

PO 2010	Provisão recebida	Empenho emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
26.666,00	26.665,75	14.389,80	53,96	14.389,80	53,96	14.389,80	53,96

Fonte: Caderno de Metas 2010/SIAFI Gerencial/ Divisão de Desenvolvimento SR/02

Resultados Alcançados

No exercício de 2010, perduraram as dificuldades para a execução desta ação, mesmo com a iniciativa de estabelecimento do convênio 726861/2009 - firmado entre Incra e Centro de Pesquisa e Assessoria - Esplar, publicado no DOU em 14/01/2010 - para a execução de serviços de recuperação ambiental em seis projetos de assentamento do Incra, ressaltando que esta proposta foi concebida como um projeto piloto voltado para a busca de uma gestão operacional dos recursos desta ação.

Cabe salientar que o Serviço de Meio Ambiente já havia detectado diversas dificuldades originadas pela natureza do recurso envolvido e detalhes do normativo, que comprometiam a implementação da ação, e elaborou proposta de modificação que foi enviada ao coordenador-geral de Meio Ambiente e Recursos Naturais, Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos.

Em termos concretos, recursos na ordem de R\$ 363.703,76 foram repassados à conveniente em 01.06.2010 e foi realizada uma reunião inicial para planejamento das ações, mas a conveniente apresentou dificuldades na operacionalização das ações e até o final do ano, nenhuma atividade tinha sido executada.

No exercício de 2010, foi elaborado um projeto de recuperação de danos ambientais em áreas de preservação permanente existentes no PA Alto Alegre/São Boa Ventura, localizado em Choró/CE, com auxílio dos conhecimentos adquiridos no projeto piloto realizado no exercício de 2009, que serviu de base para o citado Convênio firmado com o Esplar. O projeto será implantado

no exercício de 2011, utilizando certa quantidade de arame farpado que se encontra em disponibilidade nesta SR(02), com os assentados participando, a título de contrapartida, com madeira para cerca, grampos e o trabalho para a construção.

Também no exercício de 2010 foram intensificados os trabalhos de seleção e regularização das áreas destinadas à reserva legal nos projetos de assentamento, em função da obtenção de LIO para os mesmos. Tal trabalho tem redundado, na maior parte dos casos, na definição de áreas que ficam mais harmônicas com o interior dos imóveis e com a paisagem circundante, protegendo recursos de maior valor ambiental, prestando serviços ambientais dentro do imóvel, selecionadas com a participação dos assentados e, por tudo isso, mais respeitadas pelos mesmos.

No campo dos Planos de Manejo Florestal, foram identificadas novas áreas com potencial para a obtenção de produtos não madeireiros, sendo que no exercício de 2010 foram criados dois Planos em dois projetos de assentamento, custeados por outras fontes de recursos. A expansão da atividade florestal é muito importante para o desenvolvimento sustentável daqueles projetos de assentamento já atingidos pela cadeia de comercialização de produtos de origem florestal, e as dificuldades atuais para a sua implementação são a ausência de Engenheiros Florestais no mercado local e no quadro da SR(02) e, ainda, a capacidade operacional da SEMACE.

2.3.2.5 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo Incra por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; concessão de crédito adicional que vise a proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Incra-Sede

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidade executora: Superintendência Regional do Ceará - SR(02)

Execução Física e Financeira das ações realizadas

Quadro A.21 - Execução física ação 0427

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da ação	Prioridade	Unidade de medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
21	631	137	0427	A	3	Família atendida	458	1.208	263,76	

Fonte: Caderno de Metas 2010/Módulo Monitoramento/ Divisão de Desenvolvimento SR/02

Quadro A.22 - Execução orçamentário-financeira ação 0427

PO 2010	Provisão recebida	Empenho emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
12.489.215,00	6.082.502,42	6.076.502,42	99,90	2.201.400,00	36,19	2.201.400,00	36,19

Fonte: Caderno de Metas 2010/SIAFI Gerencial/ Divisão de Desenvolvimento SR/02

Resultados Alcançados

O total de recursos orçamentários aprovados para a execução dessa ação na PO 2010 foi da ordem de R\$ 12.489.215,00, visando a beneficiar 458 famílias.

Destas famílias a serem contempladas com a concessão de Crédito Instalação no exercício de 2010, doze famílias seriam de beneficiários de assentamentos novos criados ao final do exercício de 2009. Outras 312 famílias a serem assentadas em projetos com previsão de criação em 2010 e, ainda, 134 famílias em projetos criados em anos anteriores a serem beneficiadas com créditos nas modalidades Semi-Árido, Aquisição de Materiais de Construção, Recuperação de Materiais de Construção, bem como a concessão de crédito Apoio Inicial aos beneficiários assentados que substituíram os desistentes.

Do total de recursos orçamentários aprovados para a execução dessa ação foram provisionados R\$ 6.082.502,42 e empenhados R\$ 6.076.502,42 a fim de beneficiar 1.208 famílias (263,76%).

Ressalta-se que os valores do Crédito Instalação sofreram majoração nas modalidades Apoio Inicial e Fomento, cujo valor foi alterado de R\$ 2.400,00 para R\$ 3.200,00, Semi-Árido de R\$ 1.500,00 para R\$ 2.000,00, Aquisição de Materiais de Construção de R\$ 7.000,00 para R\$ 15.000,00 e Recuperação/Materiais de Construção de R\$ 5.000,00 para R\$ 8.000,00.

Em virtude destas alterações, foram beneficiadas as famílias atendidas em anos anteriores que tiveram direito à complementação até o novo valor adotado. Também foram beneficiadas com a complementação para as modalidades Aquisição de Materiais de Construção e Recuperação/Materiais de Construção as famílias cujos recursos foram depositados nas contas

correntes a partir de 1º de janeiro de 2006, mesmo que as obras já tivessem sido iniciadas. Esses fatores proporcionaram o atingimento de 263,76% da meta física prevista.

O comprometimento da meta orçamentária deveu-se ao fato de que não foi possível o empenho para concessão de Crédito Instalação às famílias que seriam assentadas em projetos com previsão de serem criados no exercício de 2010, cuja conclusão da desapropriação não se deu nesse ano. Outros créditos não foram concedidos devido à não instrução dos processos em tempo hábil e ao não atendimento dos pré-requisitos exigidos pela Norma de Execução/Incra n.º 79/2008 do Crédito Instalação. Portanto, somente foram concedidos créditos instalação a 20 famílias cadastradas em dois projetos de assentamentos criados no exercício de 2010.

Quanto às demais 1.188 famílias atendidas, são de assentamentos criados em exercícios anteriores e beneficiários que tiveram direito à complementação de créditos já concedidos cujos valores foram alterados, sendo que esta complementação é de valores inferiores às demais modalidades, impactando pouco no montante empenhado no exercício de 2010.

A execução financeira da PO 2010 foi de R\$ 2.201.400,00, representando 36,19% do valor total empenhado, beneficiando 207 famílias, incluindo o pagamento da complementação de créditos concedidos em exercícios anteriores que tiveram seus valores reajustados.

Ressalte-se ainda que em 2010 foram repassados para as contas correntes das associações representativas dos beneficiários ou dos representantes legais dos assentados R\$ 325.400,00 de créditos inscritos em restos a pagar da PO 2007, beneficiando 99 famílias; R\$ 732.500,00 de créditos inscritos em restos a pagar da PO 2008, beneficiando 201 famílias; e R\$ 1.099.900,00 de créditos inscritos em restos a pagar da PO 2009, beneficiando 180 famílias.

Portanto, por todo o exercício de 2010 foi repassado para as contas correntes (bloqueadas) vinculadas das associações ou dos representantes dos beneficiários dos projetos de assentamento no âmbito da SR(02), através do Programa Crédito Instalação, o volume total de R\$ 4.359.200,00, a fim de atender a 687 famílias.

Problemas

Em virtude do grande volume de recursos repassados em exercícios anteriores, cujo início da aplicação se deu no exercício de 2010 ou no exercício de 2009 com sua conclusão em 2010, bem como os recursos repassados no exercício de 2010, houve acúmulo de atividades no exercício de 2010, representado no esforço redobrado das Comissões de Crédito, bem como de todo pessoal responsável direta e indiretamente por esta ação, no desempenho de suas atribuições, a saber: a operacionalização, a orientação, o acompanhamento, a fiscalização e o encerramento do processo de crédito instalação com a devida prestação de contas.

Observou-se a dificuldade de que a SR(02) teve em instruir os processos administrativos individuais dos beneficiários com os respectivos Contratos de Concessão de Uso - CCU, como um dos pré-requisitos para aplicação dos recursos do Crédito Instalação.

Outro problema que impactou na execução deste programa foi a não conclusão, no exercício de 2010, das atividades inerentes ao atendimento dos objetivos específicos da Instrução Normativa/Incrá n.º 47/2008, a fim de proceder à substituição de famílias desistentes dos projetos de assentamento, através da atualização dos dados dos respectivos beneficiários no SIPRA, para a seleção de candidatos a essas vagas.

Convém destacar o reduzido número de servidores com competências adequadas às variadas atividades para execução do Programa Crédito Instalação, de acordo com os dispositivos da Norma de Execução/Incrá n.º 79/2008 e alterações dadas pela NE/Incrá 86/2009, a fim de atender a 20.849 famílias em 391 Projetos de Assentamento Federais, a 760 famílias em 37 Projetos de Assentamento Estaduais reconhecidos pelo Incra e a 381 famílias em duas Reservas Extrativistas (Resex) do Ibama reconhecidas pelo Incra, totalizando 21.990 famílias em 430 projetos.

Ressaltem-se, ainda, as inúmeras dificuldades enfrentadas pelo reduzido número de servidores que compõem as Comissões de Crédito em executar as complexas atividades de enormes responsabilidades inerentes ao programa, para o correto acompanhamento e fiscalização da aplicação dos referidos créditos, sem recursos suficientes destinados às diárias civis para viabilizar os deslocamentos aos projetos de assentamentos, no que representou apenas 15% de todo o recurso repassado a esta SR(02), destacando que, no início do exercício de 2010, havia R\$ 31.137.322,85 em contas correntes das associações dos projetos de assentamento para serem aplicados, uma meta de empenho de R\$ 12.489.215,00 e uma meta de pagamento de restos a pagar de 22.930.600,00, totalizando o imenso valor de R\$ 66.557.137,85 a ser gerenciado por estes servidores no exercício de 2010, se comparado ao valor de R\$ 12.689.800,99 gastos por esta SR(02) no âmbito de todos os seus programas e ações, sem levar em consideração os mais de R\$ 50.000.000,00 aplicados em exercícios anteriores a fim de ser concluída a fase de prestação de contas dos mesmos.

Contratações e Parcerias

No exercício de 2010, o Incra/SEDE manteve contrato com o Banco do Brasil S/A, CRT/DF 19.900/2010, de 11/08/2010, a fim de intermediar o repasse de recursos financeiros destinados aos beneficiários do Programa Crédito Instalação nos projetos de assentamento criados ou reconhecidos pelo Incra, através da Agência de Relacionamento Setor Público - BB/SA e agências do banco de relacionamento dos beneficiários deste programa.

Esta SR(02) manteve, no exercício de 2010, Termo de Cooperação Técnica n.º 1.000/2009, com o Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA, tendo por objetivo a colaboração e cooperação entre estes órgãos públicos na promoção de ações e atividades voltadas para a operacionalização do Programa de Crédito Instalação nos projetos de assentamento estaduais reconhecidos pelo Incra.

2.3.2.6 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Incra-Sede

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidade executora: Superintendência Regional do Ceará - SR(02)

Execução Física e Financeira das ações realizadas

Quadro A.23 - Execução física ação 2272

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da ação	Prioridade	Unidade de medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
21	631	137	2272	A	3	-	-	-	-	-

Fonte: Caderno de Metas 2010/Módulo Monitoramento/ Divisão de Desenvolvimento SR/02

Quadro A.24 - Execução orçamentário-financeira ação 2272

PO 2010	Provisão recebida	Empenho emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
483.255,00	975.786,33	914.417,78	93,71	832.353,53	85,30	830.955,29	85,16

Fonte: Caderno de Metas 2010/SIAFI Gerencial/ Divisão de Desenvolvimento SR/02

Do total recebido, os recursos foram aplicados, principalmente, nas seguintes atividades: repasse e acompanhamento dos Créditos concedidos, apoio à organização e gestão dos assentamentos, acompanhamento e fiscalização de obras de infraestrutura, acompanhamento e fiscalização do crédito produtivo e participação nos fóruns territoriais.

2.3.3 - Programa 0138 - Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Principais Ações do Programa

2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.

Descrição: a) captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização); b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o Incra e os Serviços Registrais; c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastro - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país; d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;

e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE; f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Incra-Sede

Coordenador Nacional da ação: Luciméri Selivon

Unidade executora: Superintendência Regional do Ceará - SR(02)

Execução Física e Financeira das ações realizadas

Quadro A.25 - Execução física ação 2105

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da ação	Prioridade	Unidade de medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0138	2105	A	3	Imóvel Gerenciado	40.583	13.522	33,31	27.061

Fonte: Caderno de Metas 2010/Módulo Monitoramento

Quadro A.26 - Execução orçamentário-financeira ação 2105

PO 2010	Provisão recebida	Empenho emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
365.243,00	381.802,64	312.563,40	81,86	308.261,34	80,74	308.261,34	80,74

Fonte: Caderno de Metas 2010/SIAFI Gerencial

Resultados Alcançados

A Ação de Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural foi desenvolvida de forma direta, através do gerenciamento dos imóveis rurais junto ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, oriundos dos processos de atualização cadastral protocolados na Sala da Cidadania, nas UMCs e do convênio celebrado entre o Incra e Idace - Nº 38.000/2008, denominado “Cadastro Georreferenciado e Regularização Fundiária de Imóveis Rurais, realização de treinamentos sobre o novo Manual de Cadastro Rural para os chefes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC sediados nas Prefeituras Municipais, supervisão dessas UMCs, fornecimento de declarações e informações a instituições públicas, e análises e instruções de processos administrativos relacionados com o Cadastro de Imóveis Rurais, com destaque para:

- a) análise, digitação e processamento no SNCR/WEB, de 13.522 declarações para Cadastro de Imóveis Rurais, recepcionadas no interior do Estado do Ceará, pelas UMCs, na Sala da Cidadania da SR(02), e provenientes do Convênio celebrado entre o Incra e Idace;

b) celebração de 32 novos Termos de Cooperação Técnica - TCT com as Prefeituras Municipais;

c) realização de treinamento sobre cadastro rural para cinco servidores da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária ;

d) realização de treinamento sobre o novo Manual de Cadastro Rural Módulo I - Recepção, com duração de 40 horas, em que foram capacitados 24 novos chefes de UMCs, com conseqüente monitoria a esses chefes;

e) análise em 72 processos de certificação cadastral;

f) fornecimento de informações, sob a forma de ofício ao Poder Judiciário, Caixa Econômica Federal - CEF e a outras instituições oficiais, no total de 70 documentos, atestando a existência ou não de imóveis rurais cadastrados em nome de pessoas físicas ou jurídicas com processos em tramitação nessas instituições;

g) análise de 80 processos administrativos relacionados com diversas situações de natureza cadastral, como cancelamento de cadastro, autorização para desmembramento de áreas rurais abaixo da Fração Mínima de Parcelamento, etc.

Cumprimento das metas físicas

Não foi possível o cumprimento das metas físicas estabelecidas na PO/2010, alcançando apenas 33,31 %.

O principal problema para o não alcance da meta prevista na PO/2010 foi o atraso no funcionamento dos Núcleos Operacionais Móveis - NOM, que seriam estabelecidos nos municípios onde se estão desenvolvendo os trabalhos do convênio celebrado entre o Incra e Idace - nº 38.000/2008, denominado “Cadastro Georreferenciado e Regularização Fundiária de Imóveis Rurais”, visto que nos referidos núcleos seriam analisados, digitados e processados, no SNCR, os formulários de coleta de dados oriundos do convênio.

Problemas

a) a não descentralização do Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR/WEB, com liberação de senhas, para os chefes das UMCs;

b) a não realização de encontros regionais, com a participação dos chefes de UMCs e dos Oficiais de Cartórios de Registro de Imóveis, no sentido de que os mesmos se atualizem quanto à legislação vigente na área de Cadastro Rural, melhorando o fluxo de

documentos necessários às atualizações cadastrais e evitando possíveis nulidades de registro/matricula pelo descumprimento da legislação.

2.3.3.2 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede Incra de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturar e ampliar os Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do Incra. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação a Rede Geodésica Ativa - Rede Incra de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Incra-Sede

Coordenador nacional da ação: Marcelo José Pereira da Cunha.

Unidade executora: Superintendência Regional do Ceará - SR(02)

Execução Física e Financeira das ações realizadas

Quadro A.27 - Execução física ação 4426

Função	Sub-função	Progra-ma	Ação	Tipo da ação	Prioridade	Unidade de medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0138	4426	A	3	Área Georreferenciada	113.281	4.167.749,48	-	-

Fonte: Caderno de Metas 2010/Módulo Monitoramento

Quadro A.28 - Execução orçamentário-financeira ação 4426

PO 2010	Provisão recebida	Empenho emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
1.699.219,00	5.916.000,00	5.765.958,21	97,46	144.009,21	2,4	144.009,21	2,4

Fonte: Caderno de Metas 2010/SIAFI Gerencial

Resultados alcançados

A ação Georreferenciamento da Malha Fundiária tem como principal origem o produto dos convênios firmados com o Governo do Estado, tendo como executor o Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará - Idace.

Foram dois os convênios celebrados com o Estado, desenvolvidos no transcorrer do exercício de 2010. O primeiro, de número 32.000/07, tem como objeto o georreferenciamento de imóveis rurais públicos, privados e outros, nos municípios de Morada Nova, Russas, Abaiara, Milagres, Missão Velha, Barbalha, Jardim, Cedro e Iguatu. O segundo, de número 30.000/08, priorizou os municípios inseridos nos Territórios da Cidadania do Vale do Curu e Aracatiaçu, Sobral, Sertões de Canindé, Crateús/Inhamuns, Cariri e Sertão Central, totalizando 84 municípios, com uma área territorial de 7.923.968 ha, tendo como metas cadastrar e georreferenciar 108.675 imóveis rurais e promover a distribuição de 65.231 títulos de domínio.

O convênio de nº 32.000/07 deveria ter sido finalizado em dezembro/2009, mas foi aditado até junho/2010, por conta da inclusão do município de Crato, ou seja, foi acrescido o quantitativo de meta física, permanecendo os valores financeiros.

O convênio de nº 38.000/08 deveria ter sido finalizado em dezembro/2010, mas foi aditado em razão do atraso no início dos trabalhos, que só foram iniciados em novembro/2009, em face do trâmite burocrático para realização do Pregão Eletrônico, sob a responsabilidade do Governo do Estado/Idace.

O valor total do convênio nº 32.000/07 é de R\$ 4.500.000,00, sendo R\$ 3.000.000,00 do Incra e R\$ 1.500.000,00 a contrapartida do Idace, tendo sido acrescido o valor de R\$ 240.492,70 referente a rendimentos.

O valor total do convênio nº 30.000/08 é de R\$ 40.000.000,00, sendo R\$ 20.000.000,00 do Incra e R\$ 20.000.000,00 a contrapartida do Governo do Estado/Idace. Desse total foram empenhados em favor do Idace R\$ 5.500.000,00, sendo R\$ 4.000.000,00 em dezembro/2008 e R\$ 1.500.000,00 em novembro/2009.

É importante salientar que já foram georreferenciados 4.167.749,48 ha., de um total de 7.923.968 ha., ou seja, 52,59% da meta total prevista para o convênio.

Cumprimento das metas físicas

As metas físicas estabelecidas na PO/2010 foram plenamente alcançadas. É importante salientar que a altíssima diferença entre os números da meta prevista e os números da meta realizada deu-se em razão de que, na meta prevista na PO/2010 foi, estabelecido como unidade de medida imóveis georreferenciados, sendo posteriormente alterado para a unidade de medida: área georreferenciada.

2.3.3.3 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso, incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Incra-Sede

Coordenador Nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidade executora: Superintendência Regional do Ceará - SR(02)

Execução Física e Financeira das ações realizadas

Quadro A.29 - Execução física ação 2110

Função	Sub-função	Progra-ma	Ação	Tipo da ação	Prioridade	Unidade de medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0138	2110	A	3	Imóvel Regularizado	7.732	52.637	680,76	-

Fonte: Caderno de Metas 2010/Módulo Monitoramento

Quadro A.30 - Execução orçamentário-financeira ação 2110

PO 2010	Provisão recebida	Empenho emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
3.170.000,00	4.604.000,00	4.340.254,80	94,27	344.897,03	7,49	340.232,26	7,3,8

Fonte: Caderno de Metas 2010/SIAFI Gerencial

Resultados alcançados

A ação Regularização Fundiária de Imóveis Rurais tem também como principal origem o produto dos convênios firmados com o Governo do Estado, tendo como executor o Instituto do Desenvolvimento Agrário do Ceará - Idace.

Foram dois os convênios celebrados com o Governo do Estado, desenvolvidos no transcorrer do exercício de 2010. O primeiro, de número 32.000/07, deveria ter sido finalizado em dezembro/2009, mas foi aditado até junho/2010, por conta da inclusão do município de Crato, ou seja, foi acrescido o quantitativo de meta física, permanecendo os valores financeiros, nos municípios de Morada Nova, Russas, Abaiara, Milagres, Missão Velha, Barbalha, Jardim, Cedro e Iguatu. O segundo, de número 30.000/08, também deveria ter sido finalizado em dezembro/2010, mas foi aditado em razão do atraso no início dos trabalhos, que só foram iniciados em novembro/2009, em face do trâmite burocrático para realização do Pregão Eletrônico, sob a responsabilidade do Governo do Estado/Idace, que priorizou os municípios inseridos nos Territórios da Cidadania do Vale do Curu e Aracatiçu, Sobral, Sertões de Canindé, Crateús/Inhamuns, Cariri e Sertão Central, totalizando 84 municípios, com uma área territorial de 7.923.968 ha., tendo como metas cadastrar e georreferenciar 108.675 imóveis rurais e promover a distribuição de 65.231 títulos de domínio.

É importante salientar que já foram regularizados/titulados 52.637 imóveis rurais, caracterizados como posse de um total de 108.675 imóveis previstos como meta do convênio, ou seja, já se alcançou 48,43% da meta total prevista.

Cumprimento das metas físicas:

As metas físicas estabelecidas na PO/2010 foram plenamente alcançadas, e se contabilizou um acréscimo de mais de seis vezes a meta prevista na PO/2010.

2.3.3.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e

disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Incra-Sede

Coordenador Nacional da ação: Luciméri Selivon.

Unidade executora: Superintendência Regional do Ceará - SR(02)

Execução Física e Financeira das ações realizadas

Quadro A.31 - Execução física ação 2272

Função	Sub-função	Progrma	Ação	Tipo da ação	Prioridade	Unidade de medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0138	2272	A	3	-	-	-	-	-

Fonte: Caderno de Metas 2010/Módulo Monitoramento

Quadro A.32 - Execução orçamentário-financeira ação 2272

PO 2010	Provisão recebida	Empenho emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
90.712,00	128.688,50	110.101,88	85,56	110.101,88	85,56	110.101,88	85,56

Fonte: Caderno de Metas 2010/SIAFI Gerencial

Como pode ser observado no caderno de limites orçamentários, da mesma forma que no exercício de 2009, a Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária - DF trabalhou com valores centralizados. Para administrar o Programa, a SR(02) apresentou, periodicamente, um conjunto de ações que deveriam ser desenvolvidas em períodos pré-determinados com os respectivos valores financeiros. Essa planilha foi submetida à apreciação da Diretoria, que liberava os recursos em sua totalidade ou com ajustes.

Os recursos supramencionados foram utilizados para custeio das viagens nas ações da Divisão.

2.3.4 Programa 0139 - Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Principais Ações do Programa

2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Incra-Sede

Coordenador Nacional da ação: Ronaldo Alves de Souza.

Unidade executora: Superintendência Regional do Ceará - SR(02)

Execução Física e Financeira das ações realizadas

Quadro A.33 - Execução física ação 4572

Função	Sub-função	Progrma	Ação	Tipo da ação	Prioridade	Unidade de medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0139	4572	A	3	Servidor capacitado	106	125	117,92	-

Fonte: Caderno de Metas 2010/Módulo Monitoramento

Quadro A.34 - Execução orçamentário-financeira ação 4572

PO 2010	Provisão recebida	Empenho emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
100.382,00	151.037,93	110.166,26	72,94	109.800,26	72,70	109.800,26	72,70

Fonte: Caderno de Metas 2010/SIAFI Gerencial

Resultados Alcançados

O Incra/CE mantém o processo de qualificação de seus servidores, na perspectiva de melhorar progressivamente os resultados dos trabalhos realizados, a partir de um modelo que visa à construção da gestão pública de excelência-GesPública - pautado na Instrução Normativa nº 52 e no Plano Nacional de Capacitação dos Servidores do Incra.

Superamos nossa meta, mas as condições e recursos ofertados ainda estão longe de atender às necessidades dos servidores, tanto pela demanda acumulada, quanto pela velocidade das mudanças impostas pela legislação pública, pela tecnologia e pelas exigências para atender com mais agilidade, eficiência, eficácia e efetividade as ações da Autarquia.

Neste contexto, destacamos o sucesso dos resultados alcançados, ao mesmo tempo em que evidenciamos a necessidade de ampliar a oferta de capacitação, combinando cursos presenciais e a longa distância, criando assim um ambiente favorável ao acesso de conhecimentos atualizados e adequados às competências e habilidades dos nossos profissionais.

No tocante à meta financeira, cumprimos 72,20% da meta em virtude da inviabilidade de executar o projeto de capacitação “Construindo a Gestão Pública de Excelência na SR(02)” em função do item referente à execução de cursos de capacitação à distância para nossos servidores. Considerando a importância e a amplitude da proposta, tanto pela temática, quanto pela quantidade de servidores que serão capacitados, o projeto será rediscutido e reapresentado para o exercício de 2011. Nesta perspectiva, buscamos o Núcleo Estadual do GesPública para nos apoiar neste processo.

Destarte, torna-se urgente e necessário fortalecermos o Programa de Capacitação, articulado com outras instituições, como requerimento para que possamos assumir com competência e visibilidade o lugar tão importante que a Reforma Agrária e o Ordenamento Fundiário ocupam no desenvolvimento rural do nosso país.

2.3.5 Programa 1120 - Paz no Campo

Principais Ações do Programa

2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seus acessos a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando à capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando à melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicológica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Incra-Sede

Coordenador Nacional da ação: Nilton Bezerra Guedes

Unidade executora: Superintendência Regional do Ceará - SR(02)

Execução Física e Financeira das ações realizadas

Quadro A.35 - Execução física ação 2109

Função	Sub-função	Progrma	Ação	Tipo da ação	Prioridade	Unidade de medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
21	631	1120	2109	A	3	Família	1032	984 ^(*)	92,34	-

Fonte: Caderno de Metas 2010/Módulo Monitoramento

(*) Trata-se do valor médio mensal de famílias atendidas com cestas e outras formas de atendimento, pois o módulo de monitoramento soma as mesmas famílias atendidas mês a mês.

Quadro A.36 - Execução orçamentário-financeira ação 2109

PO 2010	Provisão recebida	Empenho emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
115.632,00	226.175,22	180.071,70	79,62	176.888,18	78,21	176.888,18	78,21

Fonte: Caderno de Metas 2010/SIAFI Gerencial

Resultados Alcançados

Apoio e assessoria aos acampados e quilombolas, famílias que pertencem ao grupo populacional que demanda providências do poder público para acesso ao programa de Reforma Agrária do Governo Federal, mediante:

- distribuição, durante o exercício de 2010, de 11.813 cestas de alimentos, totalizando em 271.699 kg;
- concessão de 100 bobinas de lonas para os acampados renovarem os seus barracos;
- realização de 25 reuniões de esclarecimentos sobre legislação, detalhando todos os dispositivos legais para execução das ações previstas nas políticas e nos projetos de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural;
- divulgação dos critérios de cadastro e seleção para os trabalhadores e trabalhadoras que estão lutando para terem acesso à terra;
- orientação permanente no sentido de os trabalhadores não usarem armas de fogo, uma vez que tal medida contribui para diminuir a violência no campo;
- participação em dez audiências públicas promovidas pela Comissão Nacional Contra a Violência no Campo e os diversos segmentos de Segurança Pública e Judiciária, a Ouvidoria Agrária Regional - OAR, nos municípios de Limoeiro do Norte e Fortaleza, para tratar especificamente do assassinato de um ambientalista e trabalhador rural e a prática de crime ambiental na região em aplicação ilegal de agrotóxico. Foram ouvidos os trabalhadores rurais, Movimentos Sociais, Igreja Católica, CPT e foram adotadas as medidas

cabíveis e aplicáveis aos fatos dos crimes contra a vida.

g) atuação no combate à extração ilegal de madeira e ocupação indevida de dunas ou outras áreas de preservação ambiental em áreas decretadas para Reforma Agrária nos diversos municípios cearenses. A ação se dá em conjunto com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - Ibama.

j) recepção de uma média de cinco denúncias diárias, através de telefonemas, correspondências e visitas, buscando, na medida do possível, a solução para os casos denunciados;

k) recadastramento nos acampamentos, haja vista, a mobilidade permanente que acontece com os acampados para a distribuição de cestas de alimentos e lonas;

l) visitas a 34 áreas monitorando as situações de conflitos internos e externos;

m) Para a execução do programa de entrega de alimentos e lonas contamos com um membro efetivo da OAR e a participação de servidores de outras áreas da SR(02).

Problemas

a) não haver uma Comissão Interna de Mediação de Conflitos;

b) apesar de ter melhorado a articulação dos trabalhos da Ouvidoria com as equipes regionais e ATES, mas é preciso definir melhor e efetivar as atribuições de cada setor incluindo a Superintendência;

c) falta de integração da Ouvidoria com o setor de Cadastro e Seleção e vice-versa, como forma de melhorar a seleção dos candidatos à Reforma Agrária;

d) necessidade de espaço físico e equipamentos para o atendimento às comissões de acampados que são freqüentes na sala da Ouvidoria;

e) ausência de um sistema de informações de demandas, impossibilitando a definição de prioridades de atendimento;

f) carência de material educativo para as ações: exemplo - folder, cartilhas, como forma de orientar e uniformizar os procedimentos administrativos e organizativos dos acampados;

g) os setores responsáveis para concluir as ações mediadas pela OAR nas bases foram gargalos na solução de problemas mais sérios nos assentamentos;

h) a restrição de aprovação dos planos, resultou em muitos conflitos sem atuação in-loco pela OAR.

2.3.6 Programa 1336 - Brasil Quilombola

Principais Ações do Programa

2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID com critérios de territorialidade; publicação do Relatório Técnico; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; publicação de portaria de reconhecimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; emissão de decreto de desapropriação; demarcação e titulação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Incra-Sede

Coordenador Nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidade executora: Superintendência Regional do Ceará - SR(02)

Execução Física e Financeira das ações realizadas

Quadro A.37 - Execução física ação 1642

Função	Sub-função	Progra-ma	Ação	Tipo da ação	Prioridade	Unidade de medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
21	631	1336	1642	A	3	Comunidade Titulada	-	3	-	-

Fonte: Caderno de Metas 2010/Módulo Monitoramento

Quadro A.38 - Execução orçamentário-financeira ação 1642

PO 2010	Provisão recebida	Empenho emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
177.300,00	412.300,00	235.634,67	57,15	223.250,50	54,15	221.621,68	53,75

Fonte: Caderno de Metas 2010/SIAFI Gerencial

Resultados Alcançados

É importante salientar que não havia previsão de meta física de comunidades tituladas na PO/2010, em razão dos prazos estabelecidos pela legislação específica combinado com as

dificuldades operacionais, pois o processo de regularização fundiária de áreas remanescentes de quilombolos é complexo e diferenciado.

Entretanto, esta SR(02) qualificou ainda mais o trabalho da equipe multidisciplinar, com o aporte do antropólogo removido da Superintendência Regional de Roraima para o Incra/CE, o que nos rendeu a publicação de três novos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação - RTID, beneficiando 85 famílias remanescentes de quilombos, numa área de 5.619,5694 ha., a saber: Comunidade Três Irmãos, Comunidade Sítio Arruda e Comunidade Serra dos Chagas. Foram iniciados, ainda, os trabalhos na Comunidade Brutos. Os recursos alocados foram fundamentais para a execução das ações.

Problemas

As dificuldades relacionadas aos trabalhos realizados nos territórios das comunidades remanescentes de quilombos são justificadas por se tratar de um processo de regularização fundiária diferenciado e com alto grau de complexidade.

O alto índice de recursos e entraves proporcionados pelos detentores de imóveis rurais, nos processos administrativos em andamento, bem como no desenvolvimento dos trabalhos de levantamento das informações agro-ambientais e cartográficas, com equipamentos de GPS, para elaboração da planta e memorial descritivo, aliado à precariedade dos cartórios de registros de imóveis rurais que não são informatizados, os livros estão em péssimas condições e falta de pessoal para atender à demanda em tempo hábil, são os principais problemas encontrados para o desenvolvimento dos trabalhos de regularização fundiária de áreas remanescentes de quilombolos.

Não podemos também deixar de considerar a dificuldade na obtenção de informações dos nomes e endereços dos proprietários de imóveis rurais que não residem na área e que, na maioria das vezes, são desconhecidos pelos integrantes das comunidades quilombolas.

2.3.7 Programa 1350 - Educação no Campo

Principais Ações do Programa

2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Capacitar, alfabetizar, escolarizar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.

Descrição: Capacitação, alfabetização e escolarização para jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo em idade regular, "considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho", utilizando metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ofertar capacitação de educadores, para atuarem nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Articular apoio à melhoria da infraestrutura das escolas dos assentamentos na perspectiva de que sejam estruturadas com instalações físicas apropriadas e adequadamente equipadas, inclusive com bibliotecas e acesso aos meios de comunicação e de informática.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Incra-Sede

Coordenador Nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos

Unidade executora: Superintendência Regional do Ceará - SR(02)

Execução Física e Financeira das ações realizadas

Quadro A.39 - Execução física ação 4474

Função	Sub-função	Progra-ma	Ação	Tipo da ação	Prioridade	Unidade de medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
21	631	1350	4474	A	3	Aluno Alfabetizado	2286	2205*	96,46	

Fonte: Caderno de Metas 2010/Módulo Monitoramento

* Trata-se de ação continuada, alunos em atendimento.

Dois Projetos de Escolarização celebrados através de Termo de Cooperação em 2009 com a Universidade Federal do Ceará não foram executados. Ressaltamos que não houve repasse financeiro.

Quadro A.40 - Execução orçamentário-financeira ação 4474

PO 2010	Provisão recebida	Empenho emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
2.167.599,00	449.999,00	337.389,86	74,97	0	0	0	0

Fonte: Caderno de Metas 2010/SIAFI Gerencial

Resultados Alcançados

No Estado do Ceará, em 2010, a ação de Educação de Jovens e Adultos no Campo foi desenvolvida através de três Projetos de Escolarização do Ensino Fundamental para assentados e assentadas das áreas de reforma agrária do Ceará, que se encontram motivados com a continuidade da escolarização.

1 - O PROJETO MAIS UM PASSO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO está sendo desenvolvido através do convênio entre o Incra e a Fundação Universidade Estadual do Ceará - Funece, tendo como meta inicial a formação no II Segmento do Ensino Fundamental de 400 assentados e assentadas das áreas de Reforma Agrária do Ceará. As aulas iniciaram-se no exercício de 2009 e o projeto tem vigência até 2011. Ele tem sido de grande relevância para o desenvolvimento dos assentamentos, pois tem contribuído para o fortalecimento da educação, garantindo a continuidade do processo de escolarização do 6º ao 9º ano, de jovens e adultos das áreas de reforma agrária que se realiza em seu próprio assentamento.

Ressalta-se também a importância dos conteúdos trabalhados pelos educadores numa abordagem interdisciplinar a partir de quatro eixos temáticos pertinentes a realidade do campo: Agroecologia e Agricultura Familiar Camponesa; Terra e Trabalho na Reforma Agrária; Organização Social e as Lutas dos Movimentos Sociais do Campo; Educação do Campo e seus sujeitos, Diversidade, Gênero e Etnias, que têm contribuído para uma maior motivação, participação e permanência dos educandos nas turmas.

Vale destacar ainda, como avanço verificado durante o acompanhamento às salas de aula “in loco”, o nível de formação dos educadores, a maioria com nível superior completo, além do comprometimento com o programa e com o projeto do curso, considerando a dedicação e a criatividade no planejamento e desenvolvimento das ações pedagógicas, atuando como verdadeiros parceiros, mesmo enfrentando algumas dificuldades operacionais durante a execução do projeto, qualificando o curso e os impactos para o desenvolvimento dos assentamentos.

Dentre os principais problemas identificados na execução do projeto, destacam-se como elementos comprometedores da ação, a dificuldade de a conveniente operar sistema de convênio - Siconv, retardando a apresentação do relatório de prestação de contas da primeira etapa do projeto e seu registro nesse sistema, tendo impossibilitado o repasse da 2ª parcela em tempo hábil, comprometendo a realização das ações previstas no plano de trabalho.

Dentre os prejuízos, destacam-se a inviabilidade de realização da capacitação continuada dos educadores, dos coordenadores locais e dos alunos universitários envolvidos no projeto, a falta de acompanhamento sistemático às turmas e o atraso de seis meses no pagamento dos recursos humanos do projeto.

Vale destacar que não houve paralisação total das atividades pedagógicas por parte dos educadores em sala de aula. Constatou-se, durante o acompanhamento do Incra “in loco”, o fechamento de algumas salas de aula, reduzindo para 319 o número de alunos e para 17 o número de turmas.

Outra dificuldade identificada foi o atraso na compra de parte do material didático e dos óculos para os alunos pela conveniente devido à centralização do processo de licitação pelo Governo do Estado, comprometendo o processo de aprendizagem, acarretando prejuízo e insatisfação dos alunos e professores, conforme se verificou quando do acompanhamento às salas de aula.

O acompanhamento às salas de aula nos assentamentos pela conveniente ficou também comprometido em virtude do período invernososo e dos problemas referentes à liberação do pagamento das diárias e do deslocamento dos bolsistas e coordenadores locais pela universidade.

A partir da transferência da 2ª parcela dos recursos em 2010, foi viabilizado o pagamento dos professores do projeto de escolarização Mais Um Passo.

A 3ª e última parcela dos recursos do projeto estava prevista para ser descentralizada em dezembro de 2010 não sendo realizada devido à situação de inadimplência em que se encontrava o Governo do Estado na ocasião.

2 - O PROJETO CIÊNCIA E EXPERIÊNCIA NO SABER E NO FAZER DA REFORMA AGRÁRIA teve suas atividades iniciadas no exercício de 2009 através do Termo de Cooperação entre o Incra e a Universidade Federal do Ceará - UFC, com meta inicial de escolarizar no II Segmento do Ensino Fundamental 702 assentados e assentadas da reforma agrária do Ceará. No entanto, devido às dificuldades operacionais da UFC no final do exercício de 2009 houve uma devolução de recurso na ordem de R\$ 141.444,80. O repasse inicial feito pelo Incra foi de R\$ 225.354,00. Devido ao problema ocasionado pela devolução do recurso, a UFC refez o plano de trabalho para realocar os recursos, objetivando o cumprimento das metas físicas previstas no Projeto.

As alterações necessárias no plano de trabalho só foram encaminhadas ao Incra no segundo semestre de 2010 e de acordo com o parecer emitido, após análise pela Procuradoria do

Incra - Sede, algumas recomendações devem ser atendidas, entre elas, inclusive, um levantamento sobre o interesse dos assentados e assentadas para a realização do curso depois do tempo transcorrido sem execução.

3 - O PROJETO OLHO D'ÁGUA: ESCOLARIZANDO JOVENS E ADULTOS DO CAMPO iniciou suas atividades no exercício de 2009 através do Termo de Cooperação entre o Incra e a Universidade Federal do Ceará - UFC, tendo como meta inicial a Alfabetização e Escolarização no I segmento do Ensino Fundamental de 1.184 assentados e assentadas das áreas de reforma agrária do Ceará. O mesmo problema de operacionalização, citado no projeto Ciência e Experiência no Saber e no Fazer da Reforma Agrária, também ocorreu com o referido projeto. Temos a informar que as recomendações feitas pela Procuradoria-Sede também estão sendo providenciadas e que os valores repassados pelo Incra foram na ordem de R\$ 285.356,80. No final do exercício de 2009, foi devolvida pela UFC a importância de R\$ 217.537,84.

2.3.7.2 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender à demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sociopolítica e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos.

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliação da formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promoção do diálogo e da pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Incra-Sede

Coordenador Nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidade executora: Superintendência Regional do Ceará - SR(02)

Execução Física e Financeira das ações realizadas

Quadro A.41 - Execução física ação 8370

Função	Sub-função	Progra-ma	Ação	Tipo da ação	Prioridade	Unidade de medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
21	631	1350	8370	A	3	Profissional formado	60	56	93,00	4

Fonte: Caderno de Metas 2010/Módulo Monitoramento

Quadro A.42 - Execução orçamentário-financeira ação 8370

PO 2010	Provisão recebida	Empenho emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
262.407,00	-	-	-	262.406,40	100%	262.406,40	100%

Fonte: Caderno de Metas 2010/SIAFI Gerencial

Resultados Alcançados

A ação de Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária é desenvolvida através do Termo de Cooperação entre o Incra e a Universidade Federal do Ceará - UFC para a execução do Curso de Jornalismo, que teve como meta inicial a formação de 60 assentados e assentadas das áreas de assentamento em nível superior, em 2010 .

O projeto mostra-se de grande importância para o desenvolvimento das áreas de assentamento, tendo em vista a formação para a divulgação das atividades realizadas nos assentamentos, implementação de rádios comunitárias, possibilitando, além de uma formação técnica, uma formação focada na realidade da educação do campo.

Cita-se como avanço o desenvolvimento dos alunos observados durante o acompanhamento no Tempo Escola presencial realizado na UFC. Alguns relatam sobre a aplicação da teoria adquirida em sala de aula. O projeto está em fase inicial, tendo suas atividades previstas até 2014.

Dentre as dificuldades apresentadas, destacamos o desenvolvimento das disciplinas que são ministradas durante trinta dias e, segundo depoimento dos alunos, o tempo não é suficiente para assimilar de forma adequada os conteúdos. Porém, já existe uma discussão com a UFC por parte dos discentes e docentes, visando à solução do problema.

Ressaltamos que se trata de um projeto piloto na área de Comunicação Social no Brasil nesse formato de alternância. Sendo assim, acredita-se ser aceitável que apresente alguns problemas estruturais, pontos esses que merecem ser discutidos cuidadosamente para melhorar a qualidade do

curso. Alguns dos problemas apontados ocorrem até mesmo nos cursos regulares da universidade. Exemplificamos, entre outros, a qualidade da alimentação do restaurante universitário.

Até o momento, houve o repasse de uma única parcela em 2010 e a próxima está prevista para abril de 2011.

Vale informar que no exercício de 2010 foi finalizado o curso de Formação em Magistério - nível médio, que se realizou através do convênio entre o Incra e a Fundação Universidade Estadual do Ceará - Funece. Concluíram o curso 106 educadores, assentados e assentadas do Ceará.

Em 2010 não houve repasse de recurso.

2.3.7.3 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Incra-Sede

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidade executora: Superintendência Regional do Ceará - SR(02)

Execução Física e Financeira das ações realizadas

Quadro A.43 - Execução física ação 2272

Função	Sub-função	Progra-ma	Ação	Tipo da ação	Prioridade	Unidade de medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
21	631	1350	2272	A	3	-	-	-	-	-

Fonte: Caderno de Metas 2010/Módulo Monitoramento

Quadro A.44 - Execução orçamentário-financeira ação 2272

PO 2010	Provisão recebida	Empenho emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
50.000,00	80.404,83	44.782,42	55,70	44.782,42	55,70	44.782,42	55,70

Fonte: Caderno de Metas 2010/SIAFI Gerencial

Os recursos foram utilizados em despesas com viagens (locomução e diárias) a fim de realizar no campo o acompanhamento das ações pedagógicas, desenvolvidas nas salas de aula existentes nos projetos de assentamento, no âmbito do Pronera, relativos aos convênios CRT 31.000/2008 Curso de Escolarização no II Segmento para 300 jovens e adultos assentados e assentadas da Reforma Agrária nos Projetos de Assentamento Lênin PAZ II (Ibaretama), Belo Monte (Caucaia), Maceió (Itapipoca), Saco do Belém (Santa Quitéria), Conceição/Bonfim (Santana do Acaraú), Carnaubal e Santa Helena (Canindé), Chico Mendes (Icó), Palmares (Crateús), São Joaquim/25 de Maio (Madalena), Bernardo Marim II (Russas), Lagoa do Mineiro (Itarema), Morada Nova/Salão (Mombaça), Aragão (Miraíma) e Aroeira Vilany (Aracati).

A partir dos acompanhamentos, foram elaborados relatórios sobre as atividades desenvolvidas no campo, bem como reuniões posteriores com a conveniente para discutir os pontos fortes, pontos fracos e os devidos encaminhamentos.

A equipe gestora do Programa também tem participado como membro efetivo do Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos, da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental-CIEA e do Comitê Estadual de Educação do Campo, que têm como objetivo elaborar, aprimorar e discutir políticas públicas na área de educação do Campo, sendo o nosso foco como participantes o aprimoramento e a discussão sobre políticas relacionadas à educação nas áreas de assentamento.

Sobre essas atividades, houve a participação em eventos locais e eventos no Estado da Paraíba e no Distrito Federal. Durante o exercício também aconteceu o Encontro Nacional do Pronera em Brasília.

O recurso disponibilizado durante o exercício para o GAP foi de fundamental importância para o atingimento das metas da ação considerando os objetivos do programa.

No entanto, ressaltamos que nossas atividades sofreram uma redução devido à proibição contida no acórdão TCU2653/2008, que determinou a não utilização do instrumento de convênio para a execução do objeto, uma vez que a maioria dos nossos parceiros são Universidades

Estaduais. Encontrando-se as mesmas com três projetos finalizados prontos para análise e um projeto elaborado, já aprovado pela Comissão Pedagógica do Pronera, ficando os mesmos impedidos de serem executados.

No entanto no final do exercício de 2010 com a publicação do Decreto 7352/2010 que regulamenta a Educação do Campo e o Pronera, bem como a liberação, por parte do TCU, a celebração de convênios no âmbito do Programa, acreditamos que no exercício de 2011 as atividades sejam totalmente normalizadas.

2.3.8 Programa 1427 - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Principais Ações do Programa

2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando a possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para a agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infraestrutura; e d)

assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Incra-Sede

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidade executora: Superintendência Regional do Ceará - SR(02)

Execução Física e Financeira das ações realizadas

Quadro A.45 - Execução física ação 4470

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da ação	Prioridade	Unidade de medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
21	631	1427	4470	A	3	Família atendida	5.684	18.205	320,28	-

Fonte: Caderno de Metas 2010/Módulo Monitoramento

Quadro A.46 - Execução orçamentário-financeira ação 4470

PO 2010	Provisão recebida	Empenho emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
5.038.342,00	9.721.777,00	9.721.777,00	100	8.621.777,00	88,68	8.621.777,00	88,68

Fonte: Caderno de Metas 2010/SIAFI Gerencial

Resultados Alcançados

A consolidação do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental, com o estabelecimento de um convênio plurianual no período compreendido entre fevereiro de 2009 e dezembro de 2011, representou um avanço em relação aos convênios anteriores, por se tratar de aspiração antiga dos assentados da reforma agrária e das próprias instituições envolvidas no processo, já que se colocou à disposição das famílias assentadas, por um longo período de tempo, um conjunto de ações que contribuirão para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos de forma permanente.

O convênio plurianual Incra/Sebrae aplicou, no exercício de 2010, a importância de R\$ 8.971.777,00, sendo R\$ 8.621.777,00 de responsabilidade do Incra e R\$ 350.000,00 de responsabilidade do Sebrae, beneficiando 18.205 famílias assentadas em 350 projetos de assentamento. No exercício de 2011, o volume de recursos aplicados será de R\$ 29.375.281,00, através da contratação direta de empresas de assistência técnica e extensão rural. Para tanto, a SR(02) lançou quatro Chamadas Públicas em cumprimento à Lei de ATER.

Deve-se ressaltar o esforço empreendido pela SR(02) no processo de elaboração das Chamadas Públicas de ATER, como forma de colocar em prática a nova Lei de ATER e garantir a continuidade do Programa de Assistência Técnica aos assentamentos federais do nosso Estado.

Avanços Observados

No exercício de 2010, a Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados, através do Convênio Plurianual de ATES 2009/2011 estabelecido entre o Incra e o Sebrae, foram atendidas 18.205 famílias em 350 assentamentos federais no Estado do Ceará.

Deve-se destacar o grande avanço obtido com a concretização do Convênio Plurianual de ATES 2009/2011, já que o mesmo garantiu a prestação dos serviços de assistência técnica e capacitação de forma continuada por um período mais longo de tempo, evitando a descontinuidade das ações junto aos assentamentos, permitindo assim um maior conhecimento da realidade dos assentamentos por parte das equipes técnicas e a melhoria da qualidade dos serviços de assistência técnica.

Outro aspecto importante a ser destacado foi a construção de um processo de planejamento participativo das ações do Programa de ATES, sendo elaborados os Planos de Ação de Assessoria Técnica, Social e Ambiental para os 350 projetos de assentamentos acompanhados pelo Convênio Incra/Sebrae. O processo de elaboração dos Planos de Ação resultou da aplicação de uma metodologia de planejamento construída de forma conjunta no âmbito do Convênio Incra/Sebrae. A construção desse processo de planejamento participativo se deu nas reuniões dos Núcleos Gestores Regionais e através da realização de Oficinas de Planejamento com as empresas prestadoras dos serviços de assistência técnica nos assentamentos com a participação dos assentados.

Outro avanço obtido foi a atualização dos PDAs acompanhados pelo Programa de Assistência Técnica, atualização esta que resultou do processo de planejamento participativo colocado em prática.

Observa-se, também, uma maior integração entre as equipes institucionais da SR(02) que acompanham os assentamentos e as equipes técnicas de ATES, fato esse que potencializa e contribui com a implementação das ações de crédito instalação, infraestrutura, apoio à organização dos assentamentos, Pronera, emissão de contratos de concessão de uso e acompanhamento dos projetos produtivos nos assentamentos assistidos pelo programa de ATES.

Dificuldades Encontradas

Dada a dimensão do Convênio de ATES, 18.205 famílias em 350 assentamentos, há necessidade de se estruturar melhor as equipes para o acompanhamento institucional dessa ação.

2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Incra-Sede

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidade executora: Superintendência Regional do Ceará - SR(02)

Execução Física e Financeira das ações realizadas

Quadro A.47 - Execução física ação 2272

Função	Sub-função	Progrma	Ação	Tipo da ação	Prioridade	Unidade de medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
21	631	1427	2272	A	3	-	-	-	-	-

Fonte: Caderno de Metas 2010/Módulo Monitoramento

Quadro A.48 - Execução orçamentário-financeira ação 2272

PO 2010	Provisão recebida	Empenho emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
215.728,00	90.608,25	56.979,56	62,88	53.525,06	59,07	53.525,06	59,07

Fonte: Caderno de Metas 2010/SIAFI Gerencial

Os recursos foram aplicados no acompanhamento e na fiscalização das ações do Convênio Plurianual de ATES, em 350 projetos de assentamento, com 18.205 famílias assistidas, na organização e coordenação das reuniões dos Núcleos Gestores Regionais.

2.3.9 Programa 0750 - Apoio Administrativo

Principais Ações do Programa

2.3.9.1 Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Incra-Sede

Coordenador Nacional da ação: Maria do Socorro Freire de Oliveira

Unidade executora: Superintendência Regional do Ceará - SR(02)

Execução Física e Financeira das ações realizadas

Quadro A.49 - Execução física ação 2000

Função	Sub-função	Progra-ma	Ação	Tipo da ação	Prioridade	Unidade de medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
21	631	0750	2000	A	3	-	-	-	-	-

Fonte: Caderno de Metas 2010/Módulo Monitoramento

Quadro A.50 - Execução orçamentário-financeira ação 2000

PO 2010	Provisão recebida	Empenho emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
3.500,00	1.648.786,76	1.545.200,53	93,72	1.384.201,57	83,95	1.384.201,57	83,95

Fonte: Caderno de Metas 2010/SIAFI Gerencial

Resultados Alcançados

A Ação de Apoio Administrativo tem como objetivo atender às despesas de administração da SR(02). Os valores acima descritos acima referem-se aos seguintes itens:

- a) serviços de terceirização de mão-de-obra (recepcionistas, copeira, serviços de limpeza e conservação, manutenção predial, reprografia e vigilância);
- b) despesas com água, energia, telefonia, manutenção do elevador, das centrais de ar condicionado, da central telefônica, locação de máquinas copiadoras, serviços de manutenção corretiva;
- c) contratação de serviços de pesquisas jurídicas nos diários oficiais, publicações de editais em jornais de grande circulação no estado;
- d) contratação de internet 3G;
- e) instalação do controle GPS nas viaturas;
- f) obras de recuperação e renovação do auditório da SR(02);
- g) aquisição estabilizador de tensão central 80kva;
- h) aquisição de dez equipamentos de centrais de ar condicionado - 60.000btu;
- i) aquisição material permanente:
 - auditório - 112 cadeiras;
 - cadeiras Giratórias – 26;
 - impressoras Xerox 3220 – 10;
 - monitores 17 polegadas – 15;
 - câmeras Digitais – 3;
 - projetores Multimídia – 3.
- j) aquisição de dez conjuntos de arquivos deslizantes.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa

Quadro A.51 - 2.4.1.1 Identificação das unidades orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	22201	373045

Fonte: Divisão de Administração SR(02)

Quadro A.52 - 2.4.1.2 Movimentação orçamentária por grupo de despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	373045	09272008901810001	31.572,79	0,00	0,00
		373045	21122013522720001	0,00	0,00	44.531,38
		373045	21122013722720001	0,00	0,00	928.116,18
		373045	21122013822720001	0,00	0,00	128.688,50
		373045	21122075020000001	0,00	0,00	1.356.003,40
		373045	21122135022720001	0,00	0,00	80.404,83
		373045	21122142722720001	0,00	0,00	90.608,25
		373045	21125013821050001	0,00	0,00	381.802,64
		373045	21127013821100001	0,00	0,00	4.604.000,00
		373045	21127013844260001	0,00	0,00	5.910.000,00
		373045	21127133616420001	0,00	0,00	412.300,00
		373045	21128013945720001	0,00	0,00	151.037,93
		373045	21366135044740001	0,00	0,00	449.999,00
		373045	21606142744700001	0,00	0,00	9.721.777,00
		373045	21631013583740001	0,00	0,00	277.750,60
		373045	21631013583840001	0,00	0,00	105.335,17
		373045	21631013583870001	0,00	0,00	672.697,48

		373045	2163101372B060001	0,00	0,00	26.665,75
		373045	21631013743580001	0,00	0,00	64.348,00
		373045	21631013783960001	0,00	0,00	10.500,00
		373045	21631013783980001	0,00	0,00	307.495,85
		373045	21631112021090001	0,00	0,00	220.659,52
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	373045	21122013722720001	47.670,15	0,00	0,00
		373045	21122013822720001	73.000,00	0,00	0,00
		373045	21122075020000001	292.783,36	0,00	0,00
		373045	21127013844260001	6.000,00	0,00	0,00
		373045	21631013544600001	0,00	2.778.452,87	0,00
		373045	21631013704270001	0,00	6.082.502,42	0,00
		373045	21631013783960001	10.785.049,22	0,00	0,00
		373045	21631013783960074	1.000.000,00	0,00	0,00

FONTE: SIAFI GERENCIAL 2010.

Resultados Alcançados

Os recursos são originários da Programação Operacional cuja definição é feita na Diretoria Colegiada. Entende-se que a discussão prévia das metas na capacidade declarada realizada pelas SR foi um avanço importante em 2010, que permitiu uma melhor organização das superintendências para conduzir as ações, a partir de uma visão mais consentânea com a realidade local.

A inadequação da capacidade operacional, contribuiu para dificultar a realização de algumas ações importantes, a exemplo da concessão de crédito às famílias assentadas, elaboração de projetos para a ação Terra Sol, dentre outras.

Os cortes orçamentários realizados em 2010 impactaram negativamente o desempenho das ações da SR(02). Entretanto, Em termos gerais, obteve-se um índice importante de empenho dos recursos provisionados.

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

Quadro A.53 - 2.4.2.1 Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	183.781,64	28.838,19	36.829,20	
Tomada de Preços	520.351,45	304.563,10	163.297,39	102.143,73
Concorrência				
Pregão	1.548.612,95	1.929.577,42	1.325.176,59	1602.924,43
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa	526.526,23	207.152,12	514.232,22	189.895,09
Inexigibilidade	434.745,55	547.423,39	391.046,64	426.418,74
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	249.094,06	281.627,15	246.927,40	281.627,15
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	10.102,13		10.102,13	
Diárias	1.684.481,39	2.039.224,30	1.682.922,18	2.031.324,81
Outros				

Fonte: SIAFI GERENCIAL 2010.

Quadro A.54 - 2.4.2.2 Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
Indenização e Restituição	13.092,52		13.092,52				13.092,52	
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes								
Transferências Cons. Públicos	20.731.812,08	19.659.166,86	20.731.812,08	19.659.166,86	4.250.000,00	15.287.398,86	9.637.249,52	8.621.777,00
Diárias	1.684.481,39	2.039.224,36	1.684.481,39	2.039.224,36			1.682.922,18	2.031.324,81
Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica	1.367.487,67	1.442.816,79	1.367.487,67	1.442.816,79	16.673,57	308.444,65	913.595,84	1.081.501,24
Demais elementos do grupo	1.704.786,27	1.642.946,73	1.704.786,27	1.642.946,73		170.499,98	1.553.934,1	1.458.147,23

Fonte: SIAFI 2009/2010

Quadro A.55 - 2.4.2.3 Despesas Capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos								
Contribuições	11.336.203,05	11.781.545,34	11.336.203,05	11.781.545,34	3.064.470,18	11.787.479,04	5.611.399,15	3.058.536,48
Aquisição Material Permanente	287.305,00	369.855,51	287.305,00	369.855,51		117.939,00	253.400,00	248.636,52
Obras e Instalações	274.149,67	28.838,19	274.149,67	28.838,19		28.838,19	127.197,23	
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
Aquisição de Imóveis	864.508,01	2.778.418,79	864.508,01	2.778.418,79	170.800,01	311.144,63	803.062,31	2.638.074,17
Concessão empréstimos e Financiamentos		6.076.502,42		6.072.502,42	17.730.400,00	20.618.802,42		2.201.400,00
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: SIAFI 2009/2010

2.4.2.4. Análise Crítica

Embora tenham sido significativos , os cortes foram administrados de forma eficiente na maioria das ações. Contudo, diante da demanda existente, restringiram-se as condições para o atendimento e o acompanhamento às famílias beneficiadas e das ações, principalmente, em face das limitações de GAP.

Destaca-se na execução orçamentária a questão dos restos a pagar , notadamente, na área de crédito de instalação cujos volumes vêm crescendo, sem que as condições operacionais e de força de trabalho sejam suficientes para a realização plena da ação.

Quadro A.56 - 2.4.3 Indicadores Institucionais

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	☐ Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. ☐ Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br .	66,1
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-Incra 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	☐ Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. ☐ Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação.	93,51
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.	☐ Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. ☐ Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	100

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo Incra por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Reais/hectare	{ valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ^[3] , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação ^[4] .	☐ Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – SIAFI e SIR. ☐ Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto – SIR e SIPRA.	114,26
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício ^[5] , no nível de agregação), multiplicado por 100.	☐ Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. ☐ Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	126,9
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais ^[6] , no nível de agregação), multiplicado por 100.	☐ Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. ☐ Quantidade total de PA(s) federais – Sipra.	22,5

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à água para consumo doméstico[7]	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente[8].	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	☐ Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; ☐ Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra. ☐ Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra. ☐ Número total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	28,5
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.	☐ Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; ☐ Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra.	42,25

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	· Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; .Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra.	87,29

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa								
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional/Diretoria / Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	□ quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	63,77
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria /Brasil	Resultado	Por exercício	Horas/função	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	□ número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	7,3

- [1] Inclui processos deferidos, indeferidos e em diligência. Porém, tem que se estabelecer um prazo para indeferir um processo, caso as providências necessárias não tenham sido efetivadas. Esta alteração foi aceita com a condição de que as SR mapeiem todo o passivo existente no decorrer do ano de 2010, sendo que, no Relatório de Gestão de 2011 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de processos finalizados dividido pelo total de processos protocolados “e ainda não finalizados”).
- [2] Incluir também convênios firmados com os estados e municípios.
- [3] Não computar complementações de indenizações por acordo ou decisão judicial em geral, e nem áreas imitidas na posse ocorridas no ano.
- [4] Utilizar o total de áreas “avaliadas” dos imóveis.
- [5] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento e não contabilizar as renovações de licenças e outras licenças que não aquelas descritas.
- [6] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação. Contabilizar em relação aos “Assentamentos Federais”, somente: PA (Projeto de Assentamento), PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), PAE (Projeto de Assentamento Agroextrativista) e PAF (Projeto de Assentamento Florestal), assentamentos aos quais o INCRA tem a obrigação de licenciar. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação.
- [8] Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há o provimento de água encanada, de poço ou de cisterna, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.
- [9] Contabilizar somente um assentamento por documento (PDA ou PRA).
- [10] Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há estradas transitáveis ou vias de acesso adequado ao escoamento da produção, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.
- [11] Há que se destaca nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há unidades habitacionais efetivamente construídas, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo. Esta alteração foi aceita com a condição de que a Diretoria de Desenvolvimento do INCRA apresente uma proposta concreta de mapeamento do passivo existente em relação a este item. A proposta deve conter informações sobre o percentual de lotes a serem verificados a cada ano, até o ano de 2012, sendo que, no Relatório de Gestão de 2012 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de famílias com acesso a habitação dividido pelo total de lotes existentes). Nos anos de 2010 e 2011, também poderá ser efetuada análise amostral (apresentar proposta com o percentual a ser amostrado).

3 Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

3.1 Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.57 - Restos a pagar

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
...	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	30.354.172,81	1.903.172,94	11.270.930,50	17.180.069,37
2008	24.130.754,24	56.537,26	19.451.071,66	4.623.145,32
...	0,00	0,00	0,00	0,00
Observações: Os valores mais relevantes referem-se as ações de infraestrutura e concessão de crédito, devido à insuficiência da força de trabalho e dificuldades operacionais de algumas prefeituras.				

Fonte: SIAFI 2008/2009

3.2 Análise Crítica

Crédito Instalação

Os recursos inscritos em restos a pagar na Ação de Crédito Instalação devem-se aos seguintes motivos:

A capacidade Operacional das Equipes de Articulação Territorial – EAT encontra-se extremamente comprometida, diante do volume de trabalho que as mesmas necessitam executar, como as ações de acompanhamento e fiscalização dos créditos instalação, mediação de conflitos, apoio à organização e gestão dos assentamentos, acompanhamento às equipes de ATES e participação nos fóruns territoriais.

Diante do volume de créditos a serem repassados e acompanhados as EAT tiveram que priorizar o repasse para os assentamentos com um maior número de famílias, ficando os assentamentos com um menor número de créditos a serem repassados em restos a pagar para 2010.

O trabalho com Ação de Crédito Instalação foi ampliado devido ao reajuste no valor dos créditos aquisição de material de construção, recuperação de casas, apoio, fomento e semi-árido, fato esse que obriga a instrução e repasse de créditos complementares, dobrando o volume de trabalho com essa Ação.

Infraestrutura

Com relação ao montante de recursos colocados em restos a pagar na Ação de Infra-estrutura, esse fato ocorreu devido à elevada demanda por obras hídricas existente nos assentamentos do Estado do Ceará, que ainda não foi atendida em anos anteriores, como também, devido às fortes chuvas registradas no ano de 2009, que ocasionaram sérios danos nos açudes existentes.

Diante da situação acima descrita, a Superintendência Regional firmou convênios com as prefeituras municipais e com o Governo do Estado ao longo do ano de 2009, executando todos os recursos programados na PO 2009 e, ainda, solicitou recursos suplementares. No final do ano, firmou convênios com as prefeituras municipais, colocando os recursos dos mesmos em restos a pagar para 2010.

4 Informações sobre Recursos Humanos da unidade

4.1 Composição do quadro de servidores ativos

4.1.1 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação Apurada em 31/12/2010

Quadro A.58 - Composição do quadro de RH

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo		197	2	9
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira		187		8
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		180		8
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado		7		
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório				
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas				
1.3 Servidores com Contratos Temporários				
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença		10	2	1
1.4.1 Cedidos		9	1	1
1.4.2 Removidos			1	
1.4.3 Licença remunerada				
1.4.4 Licença não remunerada		1		
2 Provimento de cargo em comissão		16		
2.1 Cargos Natureza Especial				
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior		14		
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		11		
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
2.2.4 Sem vínculo		2		
2.2.5 Aposentado				
2.3 Funções gratificadas		2		
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão				
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
3 Total	0	213	2	9

Fonte: SIAPE, GERENCIAL, GRCADAS, GRCOSITCAR - Dez/10 e extração SIAPE fev/11.

OBS: 1)O INCRA não dispõe de instrumento aprovando a lotação; 2)O INCRA não dispõe de servidores com contrato temporário; 3)O INCRA dispõe de servidores celetistas (anistiados - Lei 8.878/94).

4.1.2 Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12/2010
Quadro A.59 - RH por Faixa Etária

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	8	16	39	82	52
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	7	16	33	78	52
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	1	0	6	4	0
2. Provimento de cargo em comissão	2	1	6	6	1
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	2	1	5	5	1
2.3. Funções gratificadas	0	1	1	0	0

Fonte: Extração SIAPE FEV/11.

4.1.3 Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12/2010
Quadro A.60 - RH por Nível de Escolaridade

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	3	15	52	127	0	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	3	15	52	118	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	0	0	2	9	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	3	13	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	2	12	0	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	1	1	0	0	0

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: Extração SIAPE FEV/11. OBS: O nível de escolaridade informado correspondente à tabela de escolaridade do SIAPE.

4.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

4.2.1 Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação Apurada em 31/12/2010

Quadro A.61 - RH Servidores Inativos

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	98	6
1.1 Voluntária	81	6
1.2 Compulsório	3	0
1.3 Invalidez Permanente	14	0
1.4 Outras	0	0
2 Proporcional	93	0
2.1 Voluntária	90	0
2.2 Compulsório	3	0

Fonte: Extração SIAPE FEV/11.

4.2.2 Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação Apurada em 31/12/2010

Quadro A.62 - RH Instituidores de Pensão

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	57	0
2. Proporcional	19	8

Fonte: Extração SIAPE FEV/11.

4.3 Composição do quadro de estagiários

Quadro A.63 - RH Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	12	12	13	15	
· Área Fim	5	5	6	7	
· Área Meio	7	7	7	8	
Nível Médio	7	7	7	7	
· Área Fim	4	4	4	4	
· Área Meio	3	3	3	3	R\$ 108.542,62

Fonte: SIAPE GERENCIAL, GRCADAS, GRCOSITCAR Dez/10 e Extração SIAPE FEV/11

4.4 Custos associados à manutenção dos recursos humanos

4.4.1 Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010

Quadro A.64 - RH exercícios 2008, 2009, 2010

Valores em R\$ 1,00

Tipologia s / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	12.398.252,18		1.040.622,39	340.073,75	1.074.522,66	1.187.388,99	0,00	16.040.859,97
2009	12.237.523,46		1.091.520,02	361.854,16	1.614759,21	1.139.103,44	3.233,01	16.447.993,30
2010	13.261.210,90		1.152.218,97	352.476,01	2.010.392,84	1.816.515,35	0,00	18.592.814,07
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008					7.273,82			7.273,82
2009					1.347,75			1.347,75
2010					0,00			0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008		381.532,28			84.583,78			466.116,06
2009		349.515,24			112.379,72			461.894,96
2010		332.164,10			111.809,56			443.973,66
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008			9.676,71		0,00			9.676,71
2009			10.104,24		2.382,55			12.486,79
2010			10.104,24		13.370,24			23.474,48

Fonte: Extração DW SIAPE dos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

4.5 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

4.5.1 Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Quadro A.65 - Prestação de serviço - limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: INCRA													
UG/Gestão: 22201							CNPJ: 00375972000403						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	L	O	CRT/CE/Nº090002008	63363725000164	17/11/2008	16/11/2011		11		1			P
2009	V	O	CRT/CE/Nº100002009	72088016000109	01/11/2009	31/10/2011		8					P
Observação:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Divisão de Administração

4.5.2 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Quadro A.66 - Prestação de Serviço - Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante													
Nome:INCRA													
UG/Gestão:22201							CNPJ:00375972000403						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	1	O	CRT/CE/Nº11000/2008	09019150000111	24/11/2008	23/11/2011		15					P
2008	3	O	CRT/CE/Nº13000/20008	09019150000111	17/12/2008	16/12/2011				1			P
2006	1	O	CRT/CENº01000/2006	02196969000105	01/01/2006	29/12/2010		2					E
2006	2	O	CRT/CE/Nº02000/2006	06234467000182	01/01/2006	29/12/2010		2					E
Observação:													

LEGENDA**Área:**

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Divisão de Administração

4.5.3 Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Quadro A.67 - Distribuição do pessoal contratado por prestação de serviço

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
CRT/CE/Nº11000/2008	1	15	SR/02
CRT/CE/Nº13000/20008	3	1	SR/02
CRT/CENº01000/2006	1	2	SR/02
CRT/CE/Nº02000/2006	2	2	SR/02

LEGENDA**Área:**

- | | |
|--|---|
| 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; | 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; |
| 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; | 7. Higiene e Limpeza; |
| 3. Serviços de Copa e Cozinha; | 8. Vigilância |
| 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; | Ostensiva; |
| 5. Serviços de Brigada de Incêndio; | 9. Outras. |

Fonte: Divisão de Administração

4.6 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Ainda não se utiliza indicadores gerenciais relativos à absenteísmo, acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, educação continuada, satisfação e motivação, disciplina, níveis salariais e demandas trabalhistas. Entretanto, começou-se a delinear um quadro que resultará na definição, implantação e acompanhamento dos

indicadores mencionados e outros, que permitam a abordagem de aspectos referentes ao desenvolvimento pessoal e profissional na instituição.

Tal cenário deriva do empenho empreendido, no sentido de implementar uma gestão voltada para excelência dos serviços, fundamentada no programa GesPública que visa a excelência no serviço público. Nessa perspectiva, manteve-se contato com o Núcleo Estadual do GesPública, com o objetivo de realizar um trabalho orientado na perspectiva em pauta, com início previsto até o final do primeiro semestre de 2011. Esta ação passa necessariamente pela implementação da força de trabalho que exige recomposição urgente, especialmente para as áreas finalísticas, a exemplo das áreas de contabilidade, engenharia florestal e análise de sistemas.

Outro aspecto a desatacar foi a proposta da criação do Comitê Gestor de Capacitação, que encontra-se em fase de organização. O recurso em tela permitirá que as ações de capacitação possam ser planejadas e acompanhadas no tocante aos resultados, com vistas a imprimir mais qualidades ao trabalho, segurança e satisfação para os servidores.

No que tange à rotatividade, acompanha-se os movimentos de transferência de outras regionais, disposição para as instituições regulamentadas. Também acompanha-se os servidores no desempenho profissional, para fins de progressão funcional, avaliação do estágio probatório, onde a disciplina e outros aspectos são avaliados. Em 2011, com a implantação da avaliação de desempenho (GDARA e GDAPA), nos termos do decreto 7.133/2010, combinada com a progressiva implantação da Gestão de Excelência-GesPública, ter-se-á elementos e condições favoráveis para definição de indicadores gerenciais de recursos humanos na SR(02).

Considera-se oportuno destacar a necessidade de fortalecer o Programa de Capacitação e recomposição da nossa força de trabalho. Um rápido olhar na faixa etária dos servidores, associada à quantidade, diversidade e complexidade das ações é suficiente para vislumbrar a necessidade premente de recomposição da força de trabalho.

4.7 Transferências efetuadas no exercício

4.7.1 Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Quadro A.68 - Transferências vigentes

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária									
CNPJ: 00.375.972/0001-03				UG/GESTÃO: 373045					
Informações sobre as trasferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Situação
			Global	Contrapartida	Nº exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	702940	07.121.494/0001-01	R\$ 43.236.260,00	R\$ 1.100.000,00	R\$ 14.605.289,00	R\$ 23.747.613,00	3/3/2009	31/12/2011	1
1	726845	07.442.825/0001-05	R\$ 276.907,72	R\$ 2.907,72	R\$ 274.000,00	R\$ 274.000,00	29/12/2009	28/4/2010	1
1	737536	07.442.825/0001-05	R\$ 436.988,80	R\$ 8.788,80	R\$ 428.200,00	R\$ 428.200,00	28/6/2010	27/10/2010	1
1	703925	07.963.259/0001-87	R\$ 470.075,26	R\$ 5.075,26	R\$ 465.000,00	R\$ 465.000,00	14/12/2009	11/8/2010	1
1	703920	07.963.259/0001-87	R\$ 367.577,99	R\$ 4.577,99	R\$ 363.000,00	R\$ 363.000,00	14/12/2009	9/12/2010	1
1	703921	07.963.259/0001-87	R\$ 181.281,80	R\$ 2.281,80	R\$ 179.000,00	R\$ 179.000,00	14/12/2009	9/12/2010	1
1	703919	07.963.259/0001-87	R\$ 193.934,98	R\$ 2.000,00	R\$ 191.934,98	R\$ 191.934,98	14/12/2009	9/12/2010	1
1	726861	07.663.826/0001-80	R\$ 400.390,93	R\$ 36.687,17	R\$ 363.703,76	R\$ 363.703,76	31/12/2009	30/12/2011	1
1	703923	07.982.036/0001-	R\$ 325.789,81	R\$ 6.440,76	R\$ 287.814,16	R\$ 287.814,16	8/12/2009	1/6/2011	1

		67							
1	725853	07.598.659/0001-30	R\$ 361.956,79	R\$ 11.956,79	R\$ 350.000,00	R\$ 350.000,00	30/12/2009	25/10/2010	1
1	741546	07.598.659/0001-30	R\$ 1.056.837,34	R\$ 56.837,34	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	28/10/2010	25/6/2011	1
1	726501	124.596.16/0001-04	R\$ 159.768,78	R\$ 3.260,00	R\$ 156.508,78	R\$ 156.508,78	30/12/2009	21/4/2011	1
1	738564	124.596.16/0001-04	R\$ 455.594,18	R\$ 9.297,84	R\$ 446.296,34	R\$ 446.296,34	23/10/2010	21/4/2011	1
1	734430	07.413.255/0001-25	R\$ 867.456,10	R\$ 17.456,10	R\$ 850.000,00	R\$ 850.000,00	1/1/2011	31/3/2011	1
1	737530	07.528.292/0001-89	R\$ 169.735,34	R\$ 3.395,00	R\$ 166.340,34	R\$ 166.340,34	22/1/2011	21/5/2011	1
1	740289	07.533.946/0001-62	R\$ 174.699,80	R\$ 7.000,00	R\$ 167.699,80	R\$ 167.699,80	23/10/2010	20/2/2011	1
1	711702	41.342.098/0001-42	R\$ 148.952,30	R\$ 3.952,30	R\$ 145.000,00	R\$ 145.000,00	15/12/2009	12/8/2010	1
1	715683	07.693.989/0001-05	R\$ 223.580,52	R\$ 6.710,52	R\$ 216.870,00	R\$ 216.870,00	15/12/2009	9/4/2011	1
1	702680	07.885.809/0001-97	R\$ 808.080,81	R\$ 8.080,81	R\$ 151.852,80	R\$ 373.300,10	31/12/2008	30/4/2011	1
1	640198	09.450.206/0001-98	R\$ 40.000.000,00	R\$ 20.000.000,00	R\$ 2.150.000,00	R\$ 9.250.000,00	31/12/2008	30/12/2011	1

R\$
22.958.509,96

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Parceria
- 4 - Termo de Cooperação
- 5 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: Divisão de Administração

4.7.2 Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Quadro A.69 - Instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:						
CNPJ:				UG/GESTÃO:		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	86	48	43	45.624.345,84	60.722.774,12	56.089.516,76
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	86	48	43	45.624.345,84	60.722.774,12	56.089.516,76

Fonte: Divisão de Administração

4.7.3 Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2011 e exercícios seguintes
Quadro A.70 - Instrumentos de transferências para 2011

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	35	44.696.652,46	22.958.509,96	21.738.142,50	51,36
Contrato de Repasse					
Termo de Parceria					
Termo de Cooperação					
Termo de Compromisso					
Totais	35	44.696.652,46	22.958.509,96	21.738.142,50	51,36

Fonte: Divisão de Administração

4.7.4 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse

Quadro A.71 - Prestação de contas sobre transferências modalidade convênios e contratos

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		18	0
		Montante Repassado		22.684.509,96	0
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	0	0
			Montante Repassado (R\$)	0	0
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	0
			Montante Repassado (R\$)	0	0
2009	Contas prestadas	Quantidade		17	0
		Montante Repassado (R\$)		5.766.318,14	0
	Contas NÃO prestadas	Quantidade		4	0
		Montante Repassado (R\$)		3.882.422,26	0

2008	Contas prestadas	Quantidade	46	0
		Montante Repassado (R\$)	27.990.526,52	0
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	30	0
		Montante Repassado (R\$)	12.557.495,79	0
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade	76	0
		Montante Repassado (R\$)	17.187.233,46	0

Fonte: Divisão de Administração.

4.7.5 Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse

Quadro A.72 - Análise das prestações de contas de convênios e contratos

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome:				
CNPJ:		UG/GESTÃO:		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos
				Convênios Contratos de Repasse
2010	Quantidade de contas prestadas			15 0
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		7 0
		Montante repassado (R\$)		1.832.472,65 0
	Com prazo de análise	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	8 0

	vencido		Quantidade Reprovada	0	0
			Quantidade de TCE	0	0
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	7	0
			Montante repassado (R\$)	1.226.063,65	0
2009	Quantidade de contas prestadas			70	0
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		7	0
		Quantidade Reprovada		0	0
		Quantidade de TCE		0	0
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		63	0
		Montante repassado (R\$)		46.332.077,11	0
2008	Quantidade de contas prestadas			46	0
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		13	0
		Quantidade Reprovada		1	0
		Quantidade de TCE		0	0
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		32	0
		Montante repassado			0
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade		76	0
		Montante repassado		17.187.233,46	0

Fonte: Divisão de Administração.

5. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

DECLARAÇÃO

Eu, NÁGILA MABEL MARQUES PEDROZA, Contadora, matrícula SIAPE, nº , CPF nº 68867735349, e RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE FINANCEIRA DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS, conforme Art. 31, § 1º, inciso II da IN STN nº 01 de 15/1/1997 e Art. 61, §§ 1º e 2º, declaro para os devidos fins que, as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos e Repasse e Termos de Parcerias - SICONV, conforme estabelece o art. 9 da Lei nº 11.768 de 14/8/2008.

Fortaleza/CE, 31 de março de 2010.

6. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

As exigências legais previstas no art. 1º da Lei nº 8.730 de 10/11/1993, foram cumpridas integralmente por todos os que foram nomeados para funções de confiança.

7. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

7.1 Estrutura de controles internos da UJ

Quadro A.73 - Funcionamento do sistema de controle interno

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		X			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.		X			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que pó-dem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X

18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Considerações gerais: A SR(02) busca aprimorar os controles e desenvolver um processo de integração das atividades. Metodologicamente, no tocante aos controles que tratam da avaliação de riscos, não há estruturação científica. Contudo, todo o planejamento da SR(02) é realizado considerando uma programação que otimize a utilização dos recursos, tanto financeiros como humanos. As afirmações do questionário deveriam ser mais objetivas. Em alguns casos, inclusive, tratam de questões que poderiam ser abordadas separadamente, como por exemplo, a questão referente a se há controle e prazos (questão nº 20), dificultando uma ponderação e uma compreensão consensual.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

8. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.

8.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Quadro A.74 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. · Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. · Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). · Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	X				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). · Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. · Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).			X		

· Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?				X	
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?				X	
<i>Considerações Gerais:</i>					
<u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.

9.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

9.1.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união

Quadro A.75 - Distribuição dos bens imóveis

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1	Σ	Σ
	Fortaleza	2	2
	município 2		
	município “n”		
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
	município “n”		
Subtotal Brasil		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		2	2

Fonte: Divisão de Administração, SPIUnet

9.1.2 Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ

Quadro A.76 - Discriminação dos bens imóveis

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel		
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado
373045	1389.00465.500-8	15	bom	608.456,00	20/08/2001	2.508.000,05
373045	1389.00466.500-3	15	bom	148.000,00	17/08/2001	366.448,00
Total						

Fonte: Divisão de Administração, SPIUnet

10. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

10.1 Gestão de TI da UJ

Quadro A.77 - Gestão de TI

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	1 SERVIDOR, 2 TERCEIRIZADOS				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			X		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					X
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					

12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	50%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X	
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X	
Considerações Gerais: AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DO ASSEGURADOR DE TI					
<u>LEGENDA</u> <u>Níveis de avaliação:</u> (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

11. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do Governo Federal.

Quadro A.78 - Utilização de cartões de pagamento do Governo Federal

Unidade Gestora **373045 - SUPERINTEND. ESTADUAL DO CEARA-INCRA/SR-02:**

R\$ 277.048,70

CPF	Portador	Total no Ano (R\$)
031.461.033-20	<u>AGENOR FERREIRA FILHO</u>	1.967,83
060.772.933-34	<u>ALCIR FERREIRA REGO</u>	376,01
207.618.301-97	<u>ANTONIO CARLOS ALMEIDA PAES</u>	8.793,11
097.749.471-34	<u>ANTONIO FERREIRA DE BARROS FILHO</u>	5.225,00
622.184.683-87	<u>ANTONIO WELLINGTON LIRA MOREIRA</u>	545,00
090.779.873-04	<u>CARLOS JOSE FELIX DA SILVA</u>	9.156,37
204.855.903-44	<u>CICERO DALTON RANGEL DE MACEDO</u>	6.026,99
904.906.578-34	<u>CICERO DOS SANTOS</u>	12.093,30
658.436.143-87	<u>EDUARDO RODRIGUES DE SOUSA NETO</u>	2.102,56
112.460.223-20	<u>EPAMINONDAS ARISTOTELES DA SILVA</u>	13.402,85
190.036.923-00	<u>EUNILDO BERNARDO DA SILVA</u>	1.629,96
110.048.603-82	<u>EVANDRO NUNES DE ARAUJO</u>	784,00
017.910.103-00	<u>FRANCISCO ALBERTO PINHEIRO</u>	364,13
081.453.773-15	<u>FRANCISCO ALDAMIR CASTELO BRANCO</u>	6.683,34
121.261.523-91	<u>FRANCISCO DE ASSIS LOPES BEZERRA</u>	5.954,84
073.347.023-87	<u>FRANCISCO FELIX DE SOUSA FILHO</u>	2.871,82
037.049.553-53	<u>FRANCISCO FERREIRA BARBOSA NETO</u>	15.440,57

228.768.553-72	<u>FRANCISCO JOSE MOREIRA PICCININI MOURA</u>	5.020,00
091.118.753-72	<u>GETULIO ZUZA LEITE DE MACEDO</u>	5.173,15
081.630.813-68	<u>GUILHERME DE SOUSA BRASIL</u>	394,21
015.478.873-20	<u>HAILTON RIBEIRO DE SOUZA</u>	9.082,64
084.630.182-20	<u>JAIR OLIVEIRA CANDIDO</u>	12.030,00
123.268.103-25	<u>JOAO ALDEMIRO BASTOS PINHEIRO</u>	9.328,39
015.704.473-49	<u>JORGE ALBERTO OGRADY PAIVA</u>	8.015,00
256.510.643-20	<u>JOSE AMAURI DE ARAUJO</u>	9.852,62
136.413.873-53	<u>JOSE BENEMAR FERNANDES</u>	5.003,16
163.572.723-53	<u>JOSE CARLOS RODRIGUES NUNES</u>	15.265,85
074.286.343-34	<u>JOSE LINO DOS ANJOS</u>	22.625,32
057.962.613-04	<u>JOSE MAGALHAES DE CARVALHO</u>	9.857,70
081.859.133-15	<u>JOSE TARCISIO ALVES BARBOSA</u>	3.978,08
074.445.753-04	<u>JOSE TARCISIO RIBEIRO</u>	1.577,20
043.029.073-04	<u>JOSE VALTER CONSTANCIO</u>	8.658,49
139.291.003-04	<u>JOSE VALTER DE ALBUQUERQUE</u>	2.520,00
130.120.024-72	<u>JOSIMAR LANDIM</u>	3.242,39
187.733.032-91	<u>KARLA DENISE GONCALVES AZEVEDO</u>	1.354,46
102.590.073-15	<u>LUIZ ALVES BARROSO</u>	10.571,55
061.549.213-49	<u>LUIZ CARLOS OLIVEIRA</u>	8.531,79
230.528.133-15	<u>LUIZ CARLOS RODRIGUES BARROZO</u>	1.733,63
041.460.343-53	<u>MARCO AURELIO MENESCAL PASSOS</u>	1.831,99
034.355.713-49	<u>MARCOS ANTONIO BAIMA</u>	1.180,00

MASCARENHAS

231.953.713-91	<u>MARCOS AURELIO CANDIDO DA SILVA</u>	5.408,66
081.866.183-68	<u>MARIO LEITAO DE EVARISTO</u>	870,00
170.322.373-04	<u>MOESIO VANDERLEI GOMES</u>	1.092,20
638.075.993-04	<u>NATANAEL SANTIAGO PEREIRA</u>	846,01
030.985.818-67	<u>ODILO NETO LUNA COELHO</u>	2.939,58
058.544.583-49	<u>PAULO AGUIAR NOBRE</u>	3.410,00
034.280.603-34	<u>RAIMUNDO FONTENELE ROCHA</u>	6.015,01
057.977.803-72	<u>RAIMUNDO PEREIRA MARTINS FILHO</u>	3.237,00
019.171.549-25	<u>SIDNEY DE OLIVEIRA</u>	659,94
144.222.203-49	<u>WARD DEMETRIO DE SOUZA JUNIOR</u>	2.325,00

Parte B - Informações Contábeis da Gestão

- 12. Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.**

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Fortaleza	Data	
Contador Responsável		CRC nº	

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO CEARÁ			373045
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a).Prestações de contas convênios b)..... Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Fortaleza	Data	31/03/2011
Contador Responsável	NÁGILA MABEL MARQUES PEDROZA	CRC nº	015170/0-1

DECLARAÇÃO ADVERSA DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), NÃO refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local		Data	
Contador Responsável		CRC nº	

Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA

13. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:

a) Relação das matrículas canceladas dos registros rurais vinculados a títulos nulos de pleno direito ou realizados em desacordo com o art. 221 e seguintes da Lei n.º 6.015/75, identificando o imóvel, matrícula e área do imóvel, município de localização, proprietário, ou cópia da(s) declaração(ões) do Corregedor-Geral de Justiça do Estado sobre a inexistência de imóveis na situação descrita;

Não houve, no exercício de 2010, registro de matrícula cancelada vinculada a títulos nulos de pleno direito ou realizados em desacordo com o art. 221 e seguintes da lei nº 6.015/75.

b) Informações sobre quais medidas administrativas e judiciais foram adotadas junto ao Corregedor-Geral de Justiça, ou apresentação das razões para a sua ausência caso não haja quaisquer das informações indicadas no subitem anterior;

Esta SR(02) não realizou, no exercício de 2010, medidas administrativas e judiciais junto ao corregedor-geral de justiça, em razão de não termos elementos suficientes para tal demanda.

c) Relação das situações com irregularidades nos cartórios de registro de imóveis, detalhando o número de casos apurados, a existência de requerimento ao Corregedor-Geral de Justiça de realização de inspeção ou correição e de promoção da correspondente representação ao Ministério Público, devendo conter na relação, no mínimo, a identificação do cartório e comarca, a irregularidade identificada e as medidas adotadas;

Esta SR(02) não detém esta informação de forma consolidada, até mesmo porque não promoveu ações nesse sentido no transcorrer do exercício de 2010.

d) Relação de imóveis que tiveram ou venham a ter o Certificado de Cadastro do Imóvel Rural - CCIR cancelado pelo Incra, contendo: cadastro e área, município de localização, proprietário e motivo do cancelamento;

esta sr(02) não teve, no exercício de 2010, ccir's cancelados pelo incra por força da ação da portaria incra/nº 12/2006.

e) Relação dos processos irregulares encaminhados à Procuradoria-Geral do Estado, indicando, no mínimo: número do processo, nome e/ou identificação do imóvel, cadastro e área do imóvel, proprietário e a(s) irregularidade(s) apurada(s).

Esta SR(02) não encaminhou, no exercício de 2010, nenhum processo à Procuradoria-Geral do Estado.

14. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

Dentre as principais dificuldades a serem geridas em 2011, observa-se a necessidade de uma adequação das metas e utilização dos recursos de acordo com os limites orçamentários reduzidos pelos cortes governamentais.

Assim sendo, considerando a amplitude das ações que a SR(02) desenvolve, será necessário priorizar aquelas mais urgentes, a exemplo da concessão de crédito às famílias assentadas que, como ficou patente a longo do texto do RG, sofreu maior descontinuidade, em face das limitações da capacidade operacional.

Para tanto, a Divisão de Desenvolvimento estuda uma reestruturação que permita focar o pagamento do crédito, solucionando todas as pendências, principalmente, no que se refere aos restos a pagar.

A profissionalização da gestão, igualmente, é um dos compromissos da SR(02) e, buscaremos em 2011, uma aproximação maior com o programa GesPública.